

humanitas

Vol. XXXV-XXXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XXXV-XXXVI



MCMLXXXIII-MCMLXXXIV
C O I M B R A

POÉTICA E POESIA EM D. JERÓNIMO OSÓRIO

Para além das muitas e variadas facetas da vida e obra de D. Jerónimo Osório sob as quais se costuma encarar a figura deste grande humanista português, entre elas a do filósofo e moralista (1); do teólogo, polemista e apologeta (2); do pedagogo teórico e prá-

(1) Contam-se entre os tratados morais e filosóficos de Jerónimo Osório os seguintes: o *De nobilitate ciuili, Libri duo. Eiusdem de nobilitate Christiana Libri tres* (Lisboa, 1542), o *De gloria libri V* (Coimbra, 1549), o *De regis institutione et disciplina Lib. VIII* (Lisboa, 1571-1572), e o próprio tratado *De uera sapientia, libri quinque* (Lisboa, 1578), que é também uma obra de teologia.

(2) Entre as suas obras de teologia e apologética podem contar-se todas as que estão relacionadas com o movimento da Reforma, nomeadamente a *Epistola ad Serenissimam Elisabetam Angliae reginam* (Lisboa, 1562), o *De iustitia caelesti libri decem* (Veneza, 1564), e os *In Gualterum Haddonum [...] libri tres* (Lisboa, 1567), além do tratado *De uera sapientia* já referido na nota anterior. Note-se que o *De iustitia*, conquanto publicado apenas em 1564, estava já redigido em 1557, segundo revela a correspondência trocada entre Jerónimo Osório e o cardeal Pole, a quem o humanista português enviara naquela data um exemplar do manuscrito para sua apreciação. O livro foi entretanto publicado pela primeira vez em Veneza no ano de 1564, em mais que uma edição do mesmo ano, mas as edições de Colónia de 1572, 1574, 1581 e 1586 ostentam como carta-dedicatória do autor ao referido cardeal inglês Reginald Pole, arcebispo de Cantuária, datada de 1 de Julho de 1557, a mesma missiva que acompanhava o manuscrito do livro.

Quer isto dizer que, antes de Jerónimo Osório ter sido encarregado, ao que consta, pelo cardeal infante D. Henrique de escrever a famosa *Carta à Rainha de Inglaterra* em 1562, com que se desencadeou uma verdadeira polémica entre o humanista português e Walter Haddon, presidente da Casa da Suplicação da rainha inglesa, já o mesmo Osório havia escrito (embora não publicado) sobre a mesma matéria e no mesmo tom polémico. Não admira, pois, que o tivessem escolhido, cinco anos mais tarde, para tentar, com a referida carta, convencer Isabel I a regressar à catolicidade.

Sobre as relações de D. Jerónimo Osório com a Inglaterra, nomeadamente com a questão da Reforma anglicana, vejam-se os seguintes trabalhos do Prof. Léon Bourdon, o maior especialista nesta matéria: *Jerónimo Osório et Roger Ascham* (1553-1568). Separata da *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade* (Lisboa, 1957); *Autour de la Controverse Jerónimo Osório — Walter Haddon*, Coimbra, 1957. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*; «Jugements d'humanistes anglais sur le 'Ciceronianisme' de Jerónimo Osório», *Humanitas* VI-VII (Coim-

tico (3); do conselheiro e secretário áulico (4); do exegeta e biblista (5);

bra, 1967-1968), 21-32; e *Jerónimo Osório et les humanistes anglais*, Paris, 1984. Tiré à part du volume *L'Humanisme portugais et l'Europe*. Actes du XXI^e Colloque International d'Études Humanistes, Tours, Juillet 1978.

(3) É bem conhecido o tratado osoriano acerca da educação do príncipe, o *De regis institutione et disciplina, libri VIII* (Lisboa, 1572), dedicado à pessoa e à instrução do rei D. Sebastião. Sobre este tratado existem já dois estudos feitos por Henrique Castelo Madeira, um redigido em latim sob o título de *Ciceronis «De republica» opus ad Hieronymo Osorio Lusitano restitutum*, apresentado em 1970 como dissertação «ab Lauream in Humanioribus Litteris consequendam» no Pontificium Institutum Altioris Latinitatis de Roma, e o segundo, escrito em português com o título *Jerónimo Osório Pedagogo e Moralista Cristão, à luz da Obra De Regis Institutione et Disciplina*, apresentado como dissertação «ad Lauream in Sacra Theologia obtinendam re morali specialiter exculsa» ao Instituto de Teologia Moral da Academia Alfonsina da Universidade Pontifícia de Latrão, (Roma, 1970). Esta última tese é um trabalho científico feito com notável profundidade e trata com particular desenvolvimento alguns aspectos da teoria pedagógica de D. Jerónimo Osório.

Sobre a sua actividade de pedagogo prático, importa recordar que ele foi mestre e educador de D. António, filho do infante D. Luís e futuro prior do Crato, desde o termo do seu magistério universitário em Coimbra, donde saiu provavelmente no final do ano lectivo de 1549, até à morte do mesmo infante, ocorrida em 27 de Novembro de 1555.

(4) Além de educador de D. António (vd. nota 3), cargo que deixou ao abandonar o séquito áulico em 1555 para ir paroquiar a igreja de Tavares, sabemos pela sua *Vita* (sobre este texto vd. *infra*, nota 7), que ele voltou à corte chamado por D. João III e pelo cardeal infante D. Henrique e que aí continuou ao seu serviço durante alguns anos, provavelmente desde 1556 até à sua nomeação para bispo de Silves em 21 de Junho de 1564. A *Vita* diz expressamente que o rei D. João III e, depois, a rainha regente D. Catarina, recorriam ao conselho de Jerónimo Osório nos assuntos de maior gravidade, e que este fazia parte, juntamente com o bispo de Targa — que era então o cônego regente D. Manuel dos Santos —, do chamado «conscientiae consilium» do cardeal D. Henrique, com quem vivia na igreja de Belém: *Henricum Osorius adit cum quo in Betlemítico templo tunc agebat* (*Vita*, p. 5).

Por outro lado, há notícia, através da correspondência de Jerónimo Cardoso, de que Osório fora secretário do infante D. Luís. De facto, ao felicitá-lo em 1542 pelo seu livro *De nobilitate*, recentemente publicado (*quod nuperrime in lucem dedisti*), aquele humanista e extraordinário mestre encabeçava deste modo uma carta que lhe dirigia: *Hieronym. Cardosus Hieronymo Osorio Ludouico Principi a secretis* (vd. Jerónimo Cardoso, *Epistolarum Familiarium Libellus*, Lisboa, 1556, fl. 8v.). É provável, porém, que o autor tenha colocado o título da epístola apenas na altura da sua publicação em 1556, e não quando a redigiu, em 1542. De qualquer modo, é um testemunho da actividade de Jerónimo Osório como secretário áulico.

(5) A maior parte da vasta obra de carácter bíblico de D. Jerónimo Osório — nove títulos, alguns de largo fôlego — foi publicada pela primeira vez na edição

do historiador e epistológrafo (6); do professor universitário; do cura de almas, seja simples pároco de aldeia, seja pontífice e pastor ordinário; enfim, do exímio e insuperado prosador neolatino português; para além de todas estas facetas, dizíamos, há um aspecto da sua actividade literária que não tem sido tratado, que é o do seu pensamento e obra poética.

Pretendemos, neste pequeno trabalho, abordar precisamente este assunto, isto é, procurar saber o que pensava D. Jerónimo Osório acerca da poesia, como a sentiu e a realizou. Dividimo-lo em três partes. Na primeira evocaremos os principais momentos da sua formação e acção pedagógica, em que ele mostra uma particular tendência para o culto das letras clássicas, uma profunda admiração por tudo quanto é belo, uma verdadeira paixão por todas as formas de arte, nomeadamente pela poesia, e o efectivo interesse que pôs, quando chegou a hora de o poder fazer, em promover a cultura literária dos seus súbditos. Na segunda, analisaremos alguns passos das suas obras que mais directamente falam da teoria poética, do seu conceito e definição

póstuma dos *Opera omnia* preparada e apresentada pelo seu sobrinho em Roma, em 1592. Em vida do autor foi-o apenas a *Praphrasis in Isaiam Libri V*, saída em Bolonha em 1577, por ocasião da sua polémica viagem a Roma, como adiante se verá. Sobre este assunto veja-se o recente estudo de Manuel Augusto Rodrigues, *A obra exegética de D. Jerónimo Osório no contexto do Humanismo, da Reforma e da Contra-Reforma*, Separata da revista *Theologica*, vol. XVI, fasc. III-IV, Braga, 1983, que constitui uma visão e apreciação de conjunto do conteúdo das obras escriturísticas do bispo algarvio.

(6) Entre os destinatários ou signatários da vasta correspondência trocada com D. Jerónimo Osório (em parte perdida) encontram-se figuras notáveis como os papas Pio V e Gregório XIII, o rei D. Sebastião e a rainha D. Catarina sua avó, a rainha Isabel I da Inglaterra, o rei Estêvão I da Polónia e o seu secretário João Famoiski Grimalius, o cardeal infante D. Henrique, o famoso cardeal polaco Estanislau Hosius e seu sobrinho Estanislau Reszka, o cardeal inglês Reginald Pole, elemento preponderante da Contra-Reforma em Roma, o seu secretário Alvise Priuli da ilustre família Priuli de Veneza, os cardeais italianos Sadoletto e Guilherme Sirloto, os seus amigos e antigos colegas de estudos em Bolonha o bispo espanhol D. António Agustín e o francês Jean Matal, os teólogos, juristas e humanistas espanhóis León de Castro e António de Covarrubias y Leida, o helenista inglês Roger Ascham, preceptor da princesa Isabel e secretário *pro lingua latina* da rainha D. Maria e grande admirador de Jerónimo Osório, o prefeito da Ordem Militar de Malta em Inglaterra Sir Richard Shelley, os humanistas e pedagogos Diogo de Gouveia Sénior e Jerónimo Cardoso, o jurista Miguel de Cabedo, o conde de Vimioso D. Afonso de Portugal, o humanista italiano Latino Latini, e outros.

sobre esta arte, e, finalmente, na última parte estudaremos dois poemas seus em latim, que têm passado quase desconhecidos e constituem o que resta da sua produção literária em verso.

1. FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E ACCÇÃO PEDAGÓGICA

Talvez se tenha ficado a dever ao almirante Vasco da Gama o facto de Jerónimo Osório se ter consagrado como a primeira estrela entre os prosadores latinos do século XVI português e uma das de maior brilho entre os humanistas europeus do seu tempo.

Este juízo tem fundamento num pequeno episódio de carácter quase anedótico, referido pelo homónimo seu sobrinho e seu biógrafo (7), que vale a pena recordar.

(7) A primeira e única tentativa de uma biografia mais ou menos circunstanciada de D. Jerónimo Osório deve-se ao seu sobrinho e homónimo o Doutor Jerónimo Osório.

Nascido em Coução, na costa do Malabar, em 1545, era filho de Bernardo da Fonseca Osório, que foi capitão daquela fortaleza e exerceu as funções de provedor-geral do Estado na Índia. Em 1556 veio o jovem Jerónimo, de 11 anos, para Portugal e ficou sob a guarda de seu tio, que o matriculou no Colégio das Artes de Coimbra, onde ele se dedicou ao estudo das Humanidades e da Filosofia. Depois da nomeação de D. Jerónimo Osório para bispo de Silves em 1564, foi provido em arcediogo de Lagos, passando a viver com ele no paço. Mais tarde voltou a Coimbra para completar o seu currículo académico, tendo obtido em Artes os graus de bacharel em 22 de Abril de 1570, de licenciado em 16 de Maio de 1571 e de mestre em 21 de Julho de 1574; e em Teologia os graus de bacharelato em 15 de Março de 1578, de licenciatura em 22 de Junho de 1580 e de doutoramento em 25 do mesmo mês e ano. Menos de dois meses depois assistia em Tavira à morte inesperada de seu tio, o bispo Osório. Foi nomeado cónego da catedral de Évora (3/2/1582). Nesta situação pediu licença para se deslocar a Roma a fim de preparar durante dois anos a edição das obras completas de seu tio.

Assim, reuniu nos quatro tomos dos *Opera Omnia* saídos a lume em Roma em 1592, todas as obras já anteriormente publicadas e tudo quanto conseguiu juntar do espólio inédito do grande bispo-humanista. Fazem parte do conjunto algumas anotações e paráfrases do próprio doutor Jerónimo Osório, bem como uma *HERONYMI OSORII LVSITANI Vita* igualmente da sua autoria, que ocupa 18 compactas páginas in-folio do Tomo I dos referidos *Opera omnia*. É esta *Vita*, como dissemos, a primeira e mais desenvolvida biografia de D. Jerónimo Osório. Contém algumas imprecisões, equívocos e mesmo erros e contradições, por exemplo no que respeita aos dados relativos à idade do humanista, que não pode ter morrido com 74 anos

Quando em 1524 o Jasão português aparelhava a armada que o levaria, pela terceira e última vez, com 14 naus e 3.000 homens a bordo, às partes da Índia, para resolver escandalosas desordens surgidas entre os máximos responsáveis locais e para aí governar em nome do rei e morrer com dois meses e meio de vice-reinado, fora então escolhido como ouvidor-geral daquelas terras o licenciado João Osório da Fonseca, com ordem régia de partir na mesma viagem.

Pretendera este juiz levar consigo a família, em que contava dois filhos ainda pequenos, mas tal pretensão fora impedida pelo próprio Vasco da Gama, que, segundo palavras do referido biógrafo, teria

de idade em 20 de Agosto de 1580 (*septuagesimo quarto aetatis suae anno, salutis humanae MDXXC. Augusti menis die vigesima obiit*; vd. *Vita* p. 19), uma vez que andava à beira dos dez quando em 1524 seu pai partiu para a Índia e o deixou em Lisboa (*Mansit Olysiopone decimum annum fere agens*; vd. *Vita*, p. 1). Assim, não pode ter nascido em 1506, como em geral se repete. Outros dados biográficos levam, com efeito, a preferir o ano de 1514 (ou mesmo 1515) para data de nascimento de D. Jerónimo Osório. Outro lapso é dizer que Osório passara alguns anos (*aliquot annis*; vd. *Vita*, p. 4) a paroquiar a igreja de Tavares, quando afinal ele iniciara tal ocupação depois da morte do infante D. Luís, ocorrida em 27 de Novembro de 1555, e regressara à corte a convite de D. João III, morto a 11 de Junho de 1557. Portanto só poderia ter-se demorado naquela freguesia pouco mais de ano e meio. Pior equívoco que este, ainda, é afirmar que o humanista aproveitara o remanso deste retiro paroquial para se entregar à redacção e edição do tratado *De Gloria* («*In Tauarenssem igitur Ecclesiam cum se recepisset, plurimum operae, et laboris ad libros de Gloria conficiendos contulit, eosque in lucem edidit*». Vd. *Vita*, p. 4), quando afinal este livro já tinha saído a lume em Coimbra havia 6 anos. Talvez o biógrafo estivesse a pensar no tratado *De iustitia caelesti*, que, tendo embora sido publicado a primeira vez em 1564 em Veneza, estava pronto em 1557, como se sabe por uma carta do autor datada desse ano e dirigida ao cardeal Pole, a quem ele enviara um exemplar manuscrito daquele livro para sua apreciação (cf. *supra* n. 2).

Enfim, a despeito destes e de outros lapsos da *Vita* de Jerónimo Osório, é esta a melhor fonte das suas informações e a ela têm recorrido os melhores biógrafos de sempre, nomeadamente Barbosa Machado. A circunstância de ter sido escrita por um contemporâneo que conhecia como ninguém o biografado, tanto na vida pública e privada, como na sua obra escrita, confere a esta *Vita* um particular valor documental. O seu texto foi reeditado juntamente com os tratados *De gloria* e *De nobilitate* sucessivamente em Antuérpia (1595), Lião (1609), Rouen (1616) e Colónia (1627), pelo menos.

É nesta *Vita* osoriana, escrita por Jerónimo Osório, Sobrinho, e tão mal utilizada pelos historiadores modernos, que recolhemos grande parte dos dados biográficos que neste trabalho apresentamos.

dito que «não precisava de crianças para chorarem no meio dos trabalhos, mas de soldados para repelirem os inimigos» (8).

Com uma tal resposta, não teve João Osório outro remédio que não fosse partir naquela armada em 9 de Abril de 1524 e deixar os dois pequenos agarrados à saia da mãe, Francisca Gil de Gouveia, e talvez banhados pelas suas lágrimas na despedida do Restelo.

Eram, o mais novo deles, Bernardo da Fonseca, e o primogénito, Jerónimo Osório, o futuro humanista português.

Andava este, por essa altura, quase pelos seus dez anos, e logo sua mãe tratou de o mandar instruir nas letras, em cuja aprendizagem ele se mostrou desde cedo tão vocacionado para as línguas, que o seu mestre-escola se espantava de o ver falar em latim, dizendo que devia ser algum génio e que, se chegasse à idade madura, havia de tornar-se um homem notável (9).

(8) «Non enim infantibus, qui laboribus plorarent, sed militibus, qui hostes repellerent, sibi opus esse Gamma asserebat». Vd. *Vita*, p. 1.

(9) «Mansit igitur Osorius Olysiptone decimum annum fere agens, quem mater diligenter litteris institui curavit: in quibus perdiscendis tanta fuit in eo ingenii uis, ut ludimagister puerum Latine loquentem admiraretur, eumque daemonem aliquem esse diceret; si uero ad maturam aetatem perueniret, magnum uirum fore affirmaret». Vd. *Vita*, p. 1.

Tem-se apontado Jerónimo Osório como um dos alunos do humanista e lexicógrafo Jerónimo Cardoso na sua escola de Humanidades de Lisboa, com base no texto de duas cartas trocadas entre si e publicadas por Cardoso no seu *Epistolarum Familiarium Libellus*, saído a lume em 1556 (cf. *supra* n. 4). Tal conclusão, porém, não se pode extrair nem da epístola de Jerónimo Cardoso nem da resposta de Osório. A primeira foi escrita pouco depois da publicação do tratado *De nobilitate* (Lisboa, 1542), da autoria do seu destinatário, e tem por objectivo elogiar esta obra e agradecer ao seu autor o tê-lo honrado com uma visita à sua humilde escola particular e com a expressão da sua amizade (*Nam cum me tenuis fortunae hominem intra priuatos parietes legentem tu amplissimae uir dignitatis inuiseris, quid, Deus bone, humanius, quid modestius fieri potuit?* Vd. op. cit., fl. 9). Jerónimo Osório, ao responder ao mestre Cardoso, agradece os elogios feitos ao seu tratado e refere-se à mesma visita nestes termos: *In quo uero mihi gratias agis, quod te domi tuae iuuentutem litteris instituentem inuiserim, animi tui modestiam praetefers* (Vd. *ibid.*, fl. 10). Tem sido o mau entendimento destes passos o responsável pela suposição de que D. Jerónimo Osório frequentara como aluno as aulas do pedagogo Cardoso. As duas cartas foram escritas pelo ano de 1542, quando Osório regressara de vez de Bolonha, e todo o seu teor sugere que o contacto pessoal e a amizade entre os dois surgiram só então, como consequência da visita de Osório nelas referida. De resto, a diferença de idade entre Cardoso (nascido talvez por volta de 1508) e Osório, nascido cerca

Ao entrar nos treze anos, mandou-o sua mãe para a Universidade de Salamanca a fim de seguir o curso de humanidades, e nele o jovem estudante se aplicou com afínco ao estudo dos oradores gregos e latinos, cuja eloquência havia de imitar com tanto brilho em tudo quanto mais tarde escrevera. O seu biógrafo informa-nos, inclusivamente, na *Vita*, que D. Jerónimo Osório dominava de forma invulgar a língua grega e nela escrevera com grande elegância muitas coisas, entre as quais se contam as *Lamentações* de Jeremias, que ele publicou em verso, mas que se perderam com a injúria do tempo (10).

Passados dois anos, o jovem Jerónimo Osório regressa a Portugal para visitar seu pai que acabava de voltar da Índia vitimado pelas intrigas políticas dos governadores e em circunstâncias ingratas e pouco dignas de uma missão judicial de seis anos inteiramente votada ao serviço de el-rei (11).

de 1514, é demasiado pequena para favorecer a dependência escolar do segundo em relação ao primeiro.

(10) «Multa enim Graece satis eleqanter scripsit, inter quae Hieremiae Lamentationes carmine edidit [no original: elidit], quae omnia temporis iniuria perierunt» (Vd. *Vita*, p. 1).

(11) Em 1530 chegava a Lisboa, proveniente da Índia, donde saíra em Janeiro desse ano, a armada do reino, e nela regressava sob prisão, por ordem régia, o vice-rei D. Lopo Vaz de Sampaio, por ter usurpado o governo do Oriente para além da sua missão de governador substituto nomeado na ausência prolongada do verdadeiro sucessor D. Pedro de Mascarenhas, a quem ele negou a entrega do poder quando este se apresentara para dele tomar posse.

O licenciado João Osório da Fonseca, pai de Jerónimo Osório e ao tempo ouvidor-geral da Índia, por estar na dependência do vice-rei e ter sido chamado frequentemente a tomar posições, no exercício da sua auditoria, viu-se envolvido, injustamente ao que parece, nas intrigas de todo este processo político da sucessão dos vice-reis e da transmissão de poderes. E, assim, veio igualmente preso para Lisboa em 1530, até que foi provada a sua inocência. O governador Lopo Vaz de Sampaio conseguiu mais tarde o perdão (parcial) do rei D. João III, que atendeu aos seus bons serviços passados, prestados sobretudo em África. Sobre toda esta complicada questão veja-se: Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Ed. de Pedro de Azevedo e P. M. Laranjo Coelho, Vols. I, II, III, IV, Coimbra, 1924, 1928, 1929 e 1933, *passim*, em particular os livros VI, cap. 77; VII, cap. 90; e VIII, cap. II (pp. 194-196); Gaspar Correia, *Lendas da Índia*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1975, 4 vols., *passim*, sobretudo vol. II, pp. 819, 828-829, 839, 847, 921 e 924; vol. III, pp. 163 e 340; Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1976, pp. 173,

Esclarecidos os factos e feita justiça, por parte de D. João III, sobre a inocência do juiz João Osório, pôde finalmente seu filho regressar a Salamanca por volta dos seus dezasseis anos, a fim de retomar os estudos interrompidos e, desta feita, para frequentar o curso de direito civil, a mando de seu próprio pai, que desejava ver no primogénito o seu continuador profissional.

Jerónimo Osório obedeceu a este seu desejo, mais para o não contrariar do que pelo gosto de seguir a carreira da advocacia ou da magistratura, pois era outra a sua paixão (12). E durante o biénio que dedicou ao estudo das leis, fê-lo de maneira, que — são palavras do biógrafo seu sobrinho — «nunca largava de suas mãos os melhores autores gregos e latinos» (13). Informa a mesma fonte que, para além das duas horas diárias de preparação que ele consagrava ao Direito, todo o resto do tempo de estudo particular era gasto na leitura dos melhores filósofos e historiadores greco-latinos (14).

Assim passou dois anos como aluno da faculdade de leis no Estudo Geral de Salamanca até que, com a morte de seu pai, teve de regressar à pátria para consolar a mãe e aliviá-la na dor da sua viuvez. A pedido desta, desistiu do seu projecto de partir para Rodes a fim de fazer-se cavaleiro militar da Ordem de S. João de Jerusalém, e resolveu, então, continuar a sua vida académica, inscrevendo-se no curso de Filosofia da Universidade de Paris, para onde se dirigiu com cerca de 19 anos. Aí se aplicou com zelo à aprendizagem da dialéctica de Aristóteles e

271 e 444-446; Frei Luis de Sousa, *Anais de D. João III*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1954, pp. 6-7 e 13. As intrigas e falsos testemunhos de que João Osório foi vítima, e a prova da sua inocência, são descritos com pormenor por Castanheda, *ibid.* vol. IV, pp. 194-196, que bem conhecia as coisas do Oriente.

(12) O jovem Osório tinha decidido entrar na Ordem dos Cavaleiros de S. João de Jerusalém, de cuja sede principal, na ilha de Rodes, haviam sido desalojados há poucos anos (1522) por Solimão II e se instalavam então (1530) em Malta, na esperança de vir a recuperar aos Turcos a sua casa primitiva. Jerónimo Osório deve ter-se entusiasmado por este ideal, numa altura em que a Ordem reclamava particular apoio. «Sed Rhodum, in Diui Ioannis, quam Hospitalis Hierosolymitani uocant, militiam proficisci decreuerat [...] Occasionem igitur expectans ut Rhodum, sine parentum molestia, proficisceretur, biennium in Iuris ciuilibus studio consumpsit» (*Vita*, p. 2).

(13) «Salmanticae Iuris ciuilibus disciplinae ita studuit, ut optimos quosque auctores Graecos et Latinos e manibus nunquam dimitteret.» (Vd. *Vita*, p. 2).

(14) «Duabus horis Iuris doctrinae operam dabat, reliquum tempus in optimis quibusque philosophis et historicis euoluendis consumebat;» (Vd. *Vita*, p. 2).

da filosofia natural, e nelas brilhou com tanto talento e prestígio, que, segundo as próprias palavras do sobrinho, «conquistou o cognome de Filósofo em Paris, cidade que sempre floresceu no prestígio da sapiência» (15).

Deixou a Lutécia dos Paraísios por volta de 1538, quando contava cerca de 24 anos, e regressou a Portugal por causa de certos problemas pessoais, que acabaram por se resolver com a ajuda do infante D. Luís.

Pouco depois parte para Bolonha, em cuja universidade seguiu, como «*assiduus auditor*», os melhores mestres que a tornavam uma das mais famosas naquele tempo. Frequentou durante alguns anos o curso teológico e nele fez largos progressos no conhecimento da língua hebraica e no domínio da Patrística. Diz a sua *Vita* que Jerónimo Osório aplicara os seus conhecimentos da filosofia no estudo da Teologia e da Patrística com excelente resultado de modo a que, por exemplo, «A comparação que ele fazia entre Tomás de Aquino e Aristóteles o levava a afirmar que os talentos de um e outro eram uma espécie de quadrados perfeitos, cujos lados se ajustavam entre si, e que, para o conhecimento de toda a Antiguidade, para o entendimento de ambas as filosofias e para a ciência das coisas divinas, com o maior proveito e não pequeno prazer, não se pode apresentar entre mãos nenhum outro autor que não seja, apenas, S. Tomás» (16).

Mas o estudo da Teologia não impedia Jerónimo Osório de alargar os seus já notáveis conhecimentos das letras clássicas, nomeadamente através do contacto assíduo com Platão, a ponto de não apenas captar o pensamento daquele sapientíssimo filósofo, como refere a *Vita*, mas até de o explicar com notável brilho sempre que necessário. O mesmo cuidado era posto na meditação da obra de Demóstenes e de Cícero, cuja arte oratória Osório desejava imitar, para, como ele dizia, «rebater com mais elegância e brilho aquilo com que os homens ímpios, de boca impura, contaminavam a doutrina cristã.» E tanto

(15) «Ita enim in illis disciplinis excelluit, ut Parisiis Philosophi cognomen assequeretur, quae urbs sapientiae laude semper floruit.» (Vd. *Vita*, p. 3).

(16) «Thomam Aquinatem cum Aristotele ita comparabat, ut affirmaret utriusque ingenii quasi perfecta essent quadrata, sibi inuicem latera conuenire, nec posse ad totius antiquitatis cognitionem, ad philosophiae utriusque intelligentiam et ad rerum diuinarum scientiam, maiori cum emolumento et mediocri cum iucunditate, praeter unum Thomam, alíquem alium auctorem prae manibus haberi.» (*Vita*, p. 3).

e tão porfiado esforço colocou neste trabalho, que já entre professores e colegas era tido como um outro Cícero. Conta-se, com efeito, que «em Bolonha, andando ele um dia a passear com gente nobre e estudiosos da ciência, como era seu costume, um certo indivíduo, ao vê-lo, voltou-se para aqueles que estavam consigo e, apontando Osório com o dedo, disse-lhes: 'Está ali quem, se quiser, há-de fazer ressurgir Cícero dos mortos'.» (17).

Jerónimo Osório veio de Bolonha a Portugal para resolver, mais uma vez, alguns problemas pessoais e nesse momento é recebido no número dos da casa do infante D. Luís, o qual, conhecendo as excepcionais qualidades intelectuais de Osório, o reenviou para Bolonha a fim de retomar os seus estudos. Foi a partir de então que o humanista resolveu escrever e publicar a sua primeira obra, constituída por dois tratados, o *De nobilitate ciuili* em dois livros e o *De nobilitate Christiana* em três. Jerónimo Osório abandonara definitivamente Bolonha no começo do ano de 1542, com cerca de 28 anos, e encontrava-se em Lisboa já algum tempo antes de 28 de Junho desse ano, como se vê pela correspondência trocada nessa ocasião entre ele e o espanhol António Agustín, seu companheiro de estudos naquela cidade italiana e de quem falaremos mais adiante (18).

Osório trata logo da edição do *De nobilitate*, que saiu em Lisboa, ainda em 1542, na tipografia de Luís Rodrigues, com dedicatória ao infante D. Luís, seu amigo e patrono.

Esta sua primeira obra marca, por assim dizer, uma viragem na vida do humanista. É, por um lado, a sua estreia como autor e, por

(17) «Vbi [Bononiae], cum aliquando, ut est in more, cum ingenuis uiris et scientiarum studiosis deambulet, uir quidam, eum conspiciens, ad eos cum quibus erat: Ecce, inquit, Osorium digito demonstrans, qui, si uelit, Ciceronem e mortuis excitabit.» (*Vita*, p. 3).

(18) De facto, Jerónimo Osório, vindo recentemente de Bolonha, escrevia de Lisboa ao seu amigo e companheiro universitário, em carta datada de «Olyssipone quarto Kal. Iulii Anno Domini MDXLII», dando-lhe conta da sua chegada, e da relativa demora em lhe escrever, por ter ocupado os primeiros tempos a cumprir o dever de saudar o rei e os seus próprios amigos. Fala-lhe da amizade que o infante D. Luís lhe dispensa e queixa-se de que ainda não recebera as bagagens que trazem os seus livros de Itália. Sobre esta carta vd. Joannes Andresius, S. J., *Antonii Augustini Archiepiscopi Tarraconensis Epistolae Latinae et Italicae*, Parmae, 1804, pp. 83-86, (Ep. XLIII) e Cláudio Flores Sellés, *Epistolario de Antonio Agustín*, Salamanca, 1980, pp. 119-120.

outro, o término de uma carreira de estudante europeu em signo de aprendizagem itinerante, como tantos outros que beneficiaram ou de recursos familiares, ou das organizações religiosas, ou, ainda, da política cultural régia, que estabelecera por várias universidades europeias um sistema de bolsas destinadas aos estudantes de maior esperança.

A nova fase da vida de Osório começa com missões no âmbito da corte e da Universidade de Coimbra, onde o encontramos a participar nas sessões dos conselhos académicos como deputado não lente «em lugar dos theologos» durante todo o ano lectivo de 1546-1547 e onde, segundo o testemunho do seu biógrafo, ele terá ensinado Sagrada Escritura durante «aliquot annos», comentando, com singular aplauso dos seus ouvintes, o profeta Isaías e a Carta de S. Paulo aos Romanos (19). A sua permanência na Universidade de Coimbra é confir-

(19) A vinculação de Jerónimo Osório à Universidade de Coimbra no quadro dos seus mestres e o âmbito pedagógico e cronológico do seu ensino continuam mal esclarecidos, por falta de registos documentais conhecidos que o apresentem como professor inequívoco dos Estudos Gerais conimbricenses. A sua indicação para o corpo dos deputados ao conselho da Universidade, feita em 11 de Setembro de 1546 (cf. Mário Brandão, *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, vol. 1, Coimbra, 1941, p. 287), não prova, só por si, que ele fosse professor. De facto, os *Statutos d'el Rei Dom Manuel par.^a a Vniuersidade de Lix^a* (já que os de D. João III, de 1544-1545, se perderam), no capítulo que trata de «Quantos & quaces sejam os officiaes do studo», indicam o número e a qualidade dos membros do conselho universitário deste modo: «Comselheiros seis dez deputados .s. cimq.^o Lentes & cimq.^o da vniuersidade de pessoas honradas & discretas.» (vd. Francisco Leitão Ferreira, *Noticias Cronológicas da Universidade de Coimbra*. Primeira Parte, 2.^a edição, Coimbra, 1937, pp. 770). Ora, sabe-se, até, que Jerónimo Osório foi eleito para aquele órgão académico em representação dos teólogos (vd. Mário Brandão, *ibidem*, p. 287), mas na qualidade de «não lente», como se vê no registo da acta do conselho de 8 de Novembro de 1546, em que foram eleitos os deputados para o ano lectivo de 1546-1547: «E pera deputados não lentes forão electos yoão gomez da sylua & geronjimo do Sorjo [etc.]» (vd. idem, *ibid.*, p. 195-196). E a lista dos mesmos deputados, que precede o «título» dos respectivos conselhos, iniciados em 20 de Novembro de 1546, menciona o nome de «hieronimo dosorjo» no segundo lugar do grupo dos «nõ lentes» (cf. idem, *ibidem*, pp. 341-342).

De qualquer modo, temos o testemunho expresso do seu biógrafo, que é claro quanto ao facto de seu tio, depois de regressado definitivamente de Bolonha, se ter dirigido para Coimbra, por desejo de D. João III, e aí ter ensinado «no illustre ginásio de todas as ciências», que não pode ser senão o «Estudo Geral» ou Universidade: «Bononia igitur in Portugalia reuersus, quia Ioanni Regi Portugalensi id gratum erat, Conimbricam se contulit, qua in urbe Ioannes illustre omnium scientiarum gymnasium nuper condiderat, ubi Isaiam, & Diui Pauli epistolam ad Romanos

mada ainda em 23 de Maio de 1549, altura em que esteve presente às provas de licenciatura em Artes de Diogo de Paiva de Andrade (20).

Foi durante este tempo de carreira académica que ele projectou a elaboração de uma tríade de obras em latim ciceroniano para, de certa maneira, preencher a lacuna que constituiu a perda dos três tratados de Cícero, *De gloria*, *De republica* (recuperado em parte) e *De consolatione*. Da execução desse plano resultou a publicação, em 1549, ainda em Coimbra, do diálogo acerca *Da Glória*. Ao mesmo tempo vai preparando o tratado homólogo do *De republica* do Arpinate,

scriptam, singulari cum laude explicuit.» (*Vita*, p. 4). E, embora Jerónimo Osório não tenha sido lente, ao que parece, no ano lectivo de 1546-1547, pode tê-lo sido nos anos seguintes, como também parece poder concluir-se do facto de ele estar presente, em Maio de 1549, ao acto de licenciatura de Diogo de Paiva de Andrade, como se regista no respectivo livro de autos e provas de curso (cf. nota seguinte).

(20) Nascido em Coimbra em 1528, doutorou-se em Teologia e foi um dos teólogos portugueses presentes no concílio de Trento, onde se notabilizou sobretudo em debates relativos à Reforma. Por isso veio a merecer especial admiração e amizade por parte de Jerónimo Osório, que se serviu de seus préstimos para levar e apresentar ao mesmo concílio, em 1561, o manuscrito da sua obra *De iustitia caelesti*, uma vez que lhe fora proibido de se deslocar pessoalmente a Roma para o efeito, como era seu desejo, pois receava-se, e com razão, que, se Osório aparecesse em Itália, nunca mais voltaria à pátria. São estas as palavras de seu sobrinho na *Vita* (p. 5, ao fundo): «Eos [*De iustitia caelesti* libros] secum ad Concilium Tridentinum deferre statuit. Verum, cum iter hoc prohibitum ei fuisset (merito enim timebatur ne Osorius, si semel in Italiam ueniret, numquam in patriam reuerteretur), eos Diego Paiuae [...] tradidit ut secum ad Concilium Tridentinum deferret.» Diogo de Paiva, cumpriu gostosamente este encargo e, depois de ter colhido a opinião favorável de altos teólogos conciliares, tratou de mandar publicar o tratado osoriano em Veneza em 1564, como esclarece a *Vita* (pp. 5-6).

Paiva de Andrade morreu no vigor dos anos em 1 de Dezembro de 1575, tendo deixado nos trâmites da Mesa Censória, pronto para publicação, desde 13 de Janeiro do mesmo ano, o seu livro *Defensio Tridentinae fidei catholicae et integerrimae quinque libris comprehensa. Aduersus Haereticorum detestabiles calumnias & praesertim Martini Kemnicij Germani*, que saiu a lume postumamente em Lisboa no ano de 1578, prefaciado justamente por D. Jerónimo Osório com uma carta panegírica dirigida a toda a Cristandade, em que se põem em relevo as excepcionais qualidades do falecido teólogo (Vd. «*Illustr.^{mi} et Reuer.^{mi} D. Hieronymi Osorii Episcopi Siluensis & Algarbiorum, Epistola ad vniuersam Christianam Rempub.*», in Diogo de Paiva de Andrade, *op. cit.*, fl. [† 5 — † 5v]). Sobre a presença de Jerónimo Osório no acto de licenciatura em Artes de Andrade, vd. Arquivo da Universidade de Coimbra, *Autos e Provas de Curso*, t. III, l. 3, fls. 101-104v.^o (cit. por Manuel Augusto Rodrigues, *Algumas Notas sobre a Vida e a Obra de Diogo de Paiva de Andrade*, Coimbra, 1976, Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XV, p. 303, n. 5).

que viria a ser o diálogo *De regis institutione et disciplina*, publicado apenas em 1571 (aliás, 1572); e quanto ao *De consolatione* de Cícero, recordou-o Osório na sua *Paraphasis in Job*, saída em edição póstuma nos *Opera omnia* de 1592.

Após este triénio de professor universitário até 1549, Jerónimo Osório foi encarregado pelo infante D. Luís da educação de seu filho D. António, o futuro prior do Crato, que lhe viria a causar profundos desgostos durante a crise dinástica de 1580.

Com a morte do infante em 27 de Novembro de 1555, Jerónimo Osório perdera — como ele repetia tantas vezes — «o único ouvinte que possuía»; e, desiludido com as intrigas da vida aúlica, pediu a D. João III que o substituísse naquela missão de pedagogo do jovem D. António e retirou-se para a sua igreja de Tavares, no bispado de Viseu, onde passou a exercer a humilde missão de cura de almas, e cujo remanso aproveitou possivelmente para fazer germinar outras obras futuras, como, provavelmente, o tratado *De iustitia caelesti*, publicado em 1564, mas cujo manuscrito deveria estar pronto já em 1557.

Mas em breve o próprio D. João III e seu irmão o cardeal D. Henrique, reconhecendo o alto mérito do humanista, o forçaram a voltar à corte, onde passou a viver como secretário e conselheiro do mesmo cardeal (21).

Em 30 de Março de 1560 foi feito arcediogo do bago da sé de Évora, e é nessa qualidade que escreve em 1562 a famosa carta à rainha de Inglaterra, que havia de desencadear uma verdadeira polémica à volta dos problemas da Reforma, com livros trocados entre Osório e alguns representantes da hierarquia inglesa.

A obra de Osório começara já a ser conhecida e admirada no país e no estrangeiro quer pelas suas ideias e pelo vigor do seu estilo quer muito particularmente pela extraordinária pureza e elegância do seu latim, a ponto de provocar a inveja e irritação dos seus adversários (22).

Criado bispo de Silves em 1564, nem a sua intensa actividade pastoral, social, política ou diplomática o impediram do contacto com os estudos clássicos e de os proteger e fomentar entre os seus

(21) Sobre as ocupações de Jerónimo Osório no âmbito da corte e a sua retirada para a freguesia de Tavares vd. *supra*, n. 2.

(22) Sobre as qualidades do latim do «Cícero Português», vd. Léon Bourdon, «Jugements d'humanistes anglais sur le 'Ciceronianisme' de Jerónimo Osório», *Humanitas* VI-VII (Coimbra, 1967-1968), 21-32.

súbditos. Diz o seu biógrafo que o bispo algarvio gastava todo o tempo que lhe restava das lides apostólicas na leitura dos livros sagrados e dos autores clássicos e que tinha sempre junto de si, como obras indispensáveis, quer em casa quer de viagem pela diocese, um volume da Sagrada Escritura, outro de Platão e outro de Cícero, a quem chamava seus companheiros de ócio e viagem (23).

Por outro lado, a sua cuidada preparação humanística e o seu gosto pelas belas letras haviam de imprimir à acção pastoral de todo o seu pontificado na província do Algarve um cunho marcadamente cultural.

Assim, um dos objectivos prioritários deste bispo foi a instrução do clero e do povo em geral. Preocupava-se não só com a assistência material dos mais necessitados, por quem distribuía grande parte dos dízimos anuais da administração episcopal, de modo a deixar em saldo nulo as contas de cada ano (24), mas destinava também ao investimento cultural uma parcela considerável do seu orçamento, com o qual mantinha não apenas professores de teologia, de liturgia e direito canónico em Tavira e em Faro, mas ainda mestres de humanidades na cidade de Lagos e em Vila Nova de Portimão, «para instruírem nas letras latinas os órfãos e alguns filhos de gente pobre», segundo palavras do seu sobrinho (25).

Entre os alunos mais dotados destas escolas enviava alguns como bolseiros para a Universidade de Salamanca e animava-os com a promessa de benefícios eclesiásticos quando regressassem para os serviços de maior responsabilidade na sua diocese.

(23) «Numquam sine librorum sacrorum uolumine, Platone et Cicerone, siue dioecesim lustraret, siue domi ageret; quos itineris et otii, sui comites appellabat.» (*Vita*, p. 7).

(24) «Decumas, uero, quae ab his qui sub illius moderatione uiuebant, more Christiano, ei reddebantur, ita inter pauperes, uiduas, pupillos sacras aedes sarcindas et suos diuidebat, ut, peracto anno, illae quoque consumerentur. Non enim solebat plus aut minus expendere.» (*Vita*, p. 8).

(25) «Quae autem ad subditorum disciplinam et utilitatem necessaria uidebantur, studiosissime perficienda curabat. Nam, cum in Algarbio nulla scientias perdiscendi esset oportunitas, propriis sumptibus effecit ut in Tauirensi et Faronensi ciuitatibus uiri docti ea, quae ad mores et Ecclesiae sacramenta et Summi Pontificis iurisdictionem pertinent, explicarent; in Lagensi autem ciuitate et oppido Villanoua Portimanesi ludimagistris certam pecuniam stipendio dabat, ut pupillos et aliquos pauperum hominum filios litteris Latinis instituerent.» (*Vita*, p. 8).

Dentro do próprio paço episcopal, D. Jerónimo Osório criara um ambiente de requinte humanístico, formando uma verdadeira escola com os seus familiares e outros alunos que ali acorriam. Para tanto mantinha à sua custa mestres permanentes, entre os quais se contam Duarte Simões (26), homem profundamente conhecedor da língua latina e da literatura clássica antiga, e o humanista António Lopes, a quem se deve abundante poesia latina, que ficou inédita, nomeadamente um poema sobre o cerco de Mazagão ocorrido em 1562, outro sobre as duas expedições de D. Sebastião à África e uma descrição da batalha de Lepanto (27).

Além da língua latina e grega, aí se ensinavam outras matérias, como a geometria e a música, e o próprio bispo participava no ensino de todas com a sua larga experiência de universitário internacional, de mestre e de pedagogo.

D. Jerónimo Osório não impedia os jovens seus alunos e os da sua casa de lerem qualquer livro que andasse nas mãos do público mais ou menos erudito, mesmo que se tratasse de literatura amorosa ou novelasca; e diz-se que, a propósito, costumava evocar o episódio ocorrido com Francisco Sá de Meneses, camareiro-mor do príncipe D. João,

(26) Era natural de Lisboa e filho do Doutor Simão de Leão, cavaleiro de Santiago e médico régio. Era um dos «domésticos» do bispo D. Jerónimo Osório, que o nomeou cônego penitenciário da sé de Faro. Morreu em 6 de Fevereiro de 1599 e deixou manuscrita, pronta para impressão, a obra *De perfecto Clerico, siue de Clerici institutione et disciplina libri quinque*, segundo informa Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana I*, Coimbra, 1965, p. 746). É de notar o paralelismo do título daquele tratado com o do seu bispo *De regis institutione et disciplina libri VIII*. Além de Barbosa Machado, *loc. cit.*, vd. Nicolau António, *Bibliotheca Hispana Noua*, I, Madrid, 1783 (Repr. Turim, Bottega d'Erasmus, 1963), p. 339, s. v. «Eduardus Simon».

(27) Natural de Viana do Alentejo, António Lopes estudou Humanidades sob a orientação dos professores da Companhia de Jesus e cedo se tornou um exímio poeta latino, dotes que, associados às suas qualidades morais, levaram D. Jerónimo Osório a escolhê-lo para seu capelão e mestre de toda a sua casa. Teve a seu cargo, ainda, a igreja da Lagoa, então freguesia do concelho de Silves, e morreu em Portimão depois de 1580. Além dos poemas latinos já mencionados, deixou manuscritas várias outras poesias de carácter elegíaco dedicadas a Santa Madalena e um livro acerca *De Mystero Crucis Dominicae, de diuersis eiusdem typis, ac Sacramentis ab ipsa promanantibus*. (vd. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana I*, Coimbra, 1965, pp. 308-309). É possível encontrar pelo menos parte de todo este espólio literário inédito em algumas bibliotecas portuguesas, de que tencionamos dar oportunamente notícia circunstanciada.

e o próprio rei D. João III, em que este lhe perguntara com estranheza por que razão lia ele e comentava ao príncipe o romance do *Amadis*, ao que o fidalgo respondera: «Para que ele saiba quem foi aquela fatídica Urganda tão memorada pelos nossos homens na língua vulgar. Pois é indigno viver nesse lugar régio no desconhecimento de tal matéria, apesar de ligeira» (28).

A liberdade de Jerónimo Osório chegava ao ponto de se prestar a esclarecer dúvidas de interpretação literária em poetas como Petrarca, se acaso encontrava alguns dos da sua casa discutindo sobre o sentido de algum passo mais obscuro. O bispo pegava no texto, lia os versos e resolvia-lhes o embaraço.

2. O POETA TEÓRICO: CONCEITO E OBJECTO DA POESIA

A evolução, ainda que sumária, destes dados biográficos de D. Jerónimo Osório testemunham a sua notória inclinação para o culto das letras e a sua extraordinária sensibilidade pela arte em geral e em particular pela poesia.

Não admira, pois, que, ao longo de toda a sua obra literária, ele tenha prestado repetida homenagem aos autores antigos, demonstrada nas abundantíssimas abonações colhidas no pensamento e nos exemplos da história e da literatura. Encontram-se, mais ou menos por todos os seus escritos, mas em particular nos tratados *De nobilitate ciuili et Christiana*, *De gloria*, *De iustitia caelesti*, *De regis institutione et disciplina* e *De uera sapientia*, frequentes citações de filósofos, historiadores, gramáticos e outros prosadores, como Platão, Aristóteles, Demóstenes e Xenofonte; Cícero, César, Salústio, Tito Lívio e Quintiliano. Mas são os poetas que Jerónimo Osório consagra de modo particular. É ele um dos poucos humanistas portugueses do século XVI que cita os dramaturgos gregos, como Eurípides, Sófocles, Ésquilo e o próprio Teodectes (29); transcreve e comenta inúmeros passos de comedió-

(28) «Vt sciat, respondit Sala, quae fuerit Vrganda illa fatidica a nostris hominibus in communi sermone adeo commemorata. Indignum est enim regio isto loco in rei, quamuis leuis, ignoratione uersari.» (*Vita*, p. 7).

(29) Teodectes de Fasélis, retórico do séc. IV a.C., foi discípulo de Isócrates e notabilizou-se também como trágico, tendo escrito, além de várias peças de conteúdo mítico, uma obra chamada *Mausolo* (Cf. Albin Lesky, *Historia de la Litera-*

grafos e outros poetas, como Plauto e Terêncio, Lucrécio, Ovídio, Juvenal, Sílio Itálico e Claudiano, e, de modo especial, Horácio e Virgílio, que recomenda como os poetas mais dignos da educação de um príncipe. Dos gregos cita, entre outros, Hesíodo, Simónides, Píndaro, Teógnis e, naturalmente, Homero, a quem considera superior a todos e a quem recorre a cada passo, particularmente nos seus comentários filosóficos.

É de notar a frequência com que D. Jerónimo Osório se serve do testemunho concreto de tantos poetas, para abonar as suas ideias ou para ilustrar, com exemplos colhidos nos poemas antigos, muitas das suas reflexões de carácter filosófico ou moral; mas é ainda mais curioso registar o que ele pensava da poesia em geral, da sua arte, do seu sortilégio e poder persuasivo para o bem e para o mal, dos seus objectivos e processos de comunicação e do carácter específico que a distingue de outros géneros literários de expressão ou de pura informação.

Um dos passos mais elucidativos do seu pensamento acerca, por exemplo, da distinção entre o que se deve entender por verdade poética e por verdade histórica, entre a função do historiador e a função do poeta, é o que se encontra no seu tratado acerca da *Nobreza Civil*.

O *De nobilitate* é o primeiro tratado de cariz filosófico de Jerónimo Osório e também a sua primeira obra. Começado a redigir, segundo informação da *Vita* (30), quando o autor não tinha ainda trinta anos (*ante trigesimum aetatis annum*), talvez em 1540, por ocasião da sua segunda chegada a Bolonha, onde regressara para retomar os estudos, desta vez como bolseiro, ao que parece, do infante D. Luís, aí foi escrito, vindo a ser, depois, publicado e dedicado ao mesmo infante em Lisboa,

tura Griega. Trad. esp. de J. M. Díaz Reganón e Beatriz Romero. Madrid, 1968, pp. 530, 603-604 e 661-662). A referência a Teodectes feita por Jerónimo Osório aparece no *De nobilitate ciuili* (vd. *Opera omnia* I, Roma, 1592, 8, 59-63; 9, 1). Por motivos de comodidade, citaremos as obras de Osório pela edição dos *Opera omnia*, Romae, 1592, 4 tomos. Quando o não fizermos, dir-se-á. A numeração romana remete para os tomos, e os números árabes indicam as colunas e linhas de cada página.

(30) «Fuit enim Princeps ille, omnium uirtutum ornamentis excellens et maximarum rerum scientiae ualde studiosus, cuius benignitate effectum fuit ut Osorius Bononiam iterum ad intermissa studia rediret, ubi ante trigesimum aetatis annum coepit libros de Nobilitate ciuili, et Christiana, commentari, quos postea Ludouico Principi dedicauit.» (*Vita*, p. 3, ao fundo).

no ano de 1542, quando Osório já se encontrava definitivamente em Portugal (31).

Trata-se de uma obra dividida em duas partes distintas, que constituem, afinal, dois tratados diferentes, embora complementares: um com dois livros sobre a *Nobreza Civil* e outro com três sobre a *Nobreza Cristã*. Na primeira parte, o autor fala das prerrogativas que distinguem e definem a nobreza, dos seus fundamentos baseados no valor, da sua origem vária, da sua necessidade e função no governo dos povos, das virtudes que lhe são específicas (justiça, magnanimidade e coragem, liberdade e magnificência, eloquência e conhecimento das letras e em particular do direito civil) e termina com a descrição dos vícios opostos e com a questão de se saber quem deverá ser preferido: se aquele que, de uma família obscura, se fez nobre pelas suas próprias virtudes, se aqueloutro que, seguindo o exemplo dos seus antepassados, é atraído pelo desejo da nobreza.

Na segunda parte, isto é no tratado da *Nobreza Cristã*, Jerónimo Osório expõe largas considerações sobre o supremo bem e a felicidade, rebatendo várias teorias dos filósofos antigos sobre esta matéria, nomeadamente dos epicuristas, dos académicos e peripatéticos, e dos estóicos, acabando por concluir que o verdadeiro fim do homem é Deus. Partindo desta premissa, Osório faz do tratado *De nobilitate Christiana* uma verdadeira defesa do Cristianismo, — cuja história descreve desde a criação dos Anjos até à queda de Adão e à encarnação do Verbo — contra os conhecidos ataques de Maquiavel, que acusava a doutrina cristã de enfraquecer no homem as virtudes da coragem e do heroísmo, mediante o culto da humildade e da modéstia, as quais, segundo aquele político florentino, foram a causa da própria queda do império romano. Jerónimo Osório, que publicava esta obra aos cerca de 28 anos de idade e 15 anos depois da morte de Maquiavel, rebateu ponto por ponto

(31) HIERONYMI / OSORII LVSITA- / NI DE NOBILI- / TATE CIVI- / LI, LIBRI DVO./ Eiusdem de nobilitate Christiana/ Libri tres. / OLYSSIPONE, APVD / Ludouicum Rodericum/ Typographum./ 1542. Esta foi uma das obras de Jerónimo Osório que mais fortuna teve. Dela se fizeram cerca de 30 edições, em 13 das principais cidades europeias, quer isoladamente, quer associada com outras do mesmo autor, além de cinco traduções, parciais ou totais, em francês, inglês e alemão. Parte considerável do seu texto foi, ainda, incorporado em várias colectâneas de autores variados. Vd. Francisco Leite de Faria, *As muitas edições das obras de Dom Jerónimo Osório*. Separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, (Lisboa) 1981, pp. 121-122.

cada um daqueles ataques, mostrando, já então, a frontalidade e até a violência que haviam de caracterizar os seus escritos de feição polémica (32).

Ora, é no contexto temático desta obra que aparece, como dissemos, a primeira manifestação do humanista acerca do valor dos poetas e da função da poesia, num claro propósito de fazer crítica e doutrina sobre este género literário.

Ao desenvolver o tema da origem da nobreza, que ocupa o capítulo IV do 1.º livro do *De nobilitate ciuili*, Jerónimo Osório fala da diferenciação dos dons que a natureza prodigaliza a todos os homens, fazendo-os genericamente iguais, mas individualmente diferentes — condição essencial para que estes possam agregar-se em sociedades organizadas e estruturalmente diversificadas, movidos por uma estranha necessidade que os impele a suprir, pela função da complementaridade, a mútua indigência de cada qual, no concurso das virtualidades do todo alheio (33). E um pouco depois o humanista conclui:

«Tal diferença de talentos [que tem origem divina e é estabelecida através da natureza], verifica-se — diz o humanista — desde os tempos em que o género humano andava disperso por montes e bosques, pois ainda não fora educado por quaisquer instituições civilizadoras nem costumes domésticos. Foi então que surgiu um ou dois daqueles homens a quem a natureza modelara com um talento e prudência superiores aos demais, que congregaram num só lugar aquela multidão dispersa e transformaram a sua forma de vida cruel e selvagem numa outra dotada de costumes nobres e civilizados. Foi isto o que pretenderam transmitir-nos, sob o véu da ficção poética, homens de alto saber, quando disseram que, ao som do canto de Orfeu, as florestas e feras confluíram todas num só lugar, encantadas por aquele extraordinário prazer que com ele experimentavam.» (34).

(32) A refutação das teorias de Maquiavel ocupa grande parte do livro III do *De nobilitate Christiana* (cf. *Opera omnia* I, 92 sqq.).

(33) Vd. Jerónimo Osório, *De nobilitate ciuili* (in *Opera omnia*, I, 9 sqq.).

(34) «Hoc autem ingeniorum discrimen, iam inde ab eo tempore perspectum est, quo genus humanum adhuc in montibus, atque siluis dissipatum, cum nullis esset ciuilibus institutis, aut domesticis moribus excultum. Excelluit enim maxime tunc unus, aut alter eorum, quos natura finxerat ingenio, et prudentia praestantes, qui dispersam illam multitudinem unum in locum congregauit, et ex immani agrestique uita, ad humanitatem, et honestos mores excoluit. Id quod homines doctissimi fictis fabulis memoriae prodiderunt, Orphei cantu siluas, ferasque omnes unum in locum confluxisse, uoluptate illa eximia commotas.» (*ibidem*, I, 10, 50-63).

Com esta referência mitológica, abre Jerónimo Osório a porta à evocação dos vários heróis cantados pela poesia antiga, em particular da tradição homérica, como exemplos de homens dotados de virtudes superiores que os impunham no meio do vulgo do seu tempo, a ponto de os considerarem de origem divina.

Chegou aqui o momento de Osório tomar a defesa dos poetas. Como é seu costume, mesmo quando os seus livros não assumem a forma de diálogo, ele sente necessidade de um antagonista, real ou imaginário, para criar e contrapor os argumentos em favor dos outros variados aspectos da questão em debate. É assim que, ao servir-se de testemunhos semilendários e, além disso, «fingidos» pelos poetas para ilustrar a sua exposição sobre a origem das reais virtudes da nobreza, aparece logo um contraditor avesso à poesia, a impugnar deste modo:

«Mas, dir-me-á alguém, para que serve enumerar tamanha quantidade de genealogias de deuses e misturar outros delírios de poetas com um assunto que foi concebido para procurar a verdade? Haverá porventura alguma coisa em Homero, para não falar dos outros, que não seja totalmente ridícula? Nele ouvimos os gemidos dos deuses e vemos as querelas que se agitam nos céus entre a sua ímpia multidão e os frequentes golpes infligidos contra eles, com seu consentimento, ou melhor, creio eu, contra a sua própria vontade. Que proveito haverá, dir-me-ão, em poluir, com essas mentiras de poetas, uma doutrina organizada em métodos filosóficos?» (35).

Depois desta diatribe contra os poetas, saída da boca de um interlocutor imaginário a quem Osório empresta todo o ardor de um inimigo primário das Musas, o humanista assume o seu papel de principal arguente deste debate, para introduzir no discurso que vinha fazendo acerca da Nobreza, um largo parêntese sobre o valor da literatura em geral e da expressão poética em particular. Começa por exprimir a sua sincera «filomusia» e fé total na verdade dos poetas,

(35) «Sed dicet aliquis, quorsum attinet, tam multiplices deorum partes enumerare, et reliqua poetarum deliramenta sermoni admiscere, qui fuit ueritatis inquirendae gratia susceptus? An est quidquam apud Homerum, ut alios omittamus, quin risus ingentes moueat? Apud quem et gemitus eorum exaudiuntur, et turbae in caelis nefariae commouentur, et uulnera, si diis placet, uel potius, ut reor, inuitis ipsis diis saepe infliguntur. Quid igitur conuenit, eam rationem, quae ad philosophorum morem instituta est, his poetarum mendaciis inquinari?» (*ibidem* I, 12, 33-45).

nomeadamente em Homero, a quem recorriam os próprios governantes da Antiguidade para resolverem problemas de ordem política:

«É esta, dizia eu, a objecção que me poderão apresentar. Para responder à ignorância de tais palavras, queiram perdoar-me se eu me desviar por um pouco do meu propósito inicial, a fim de expor umas rápidas considerações acerca do estudo das Humanidades. E faço-o com tanto maior prazer quanto penso ter de vir a servir-me largamente do testemunho de Homero.

Quanto a mim, sou uma pessoa que acredita que todos os poetas escreveram a verdade (*Equidem is sum qui poetas omnes uera scripsisse credam*); e quanto a Homero, penso que ele foi, de todos os poetas, o mais amante da verdade. Foi isto que claramente confirmaram os mais ponderados entre os Gregos, quando, através de dois versos de Homero, resolveram um litígio a favor dos Atenenses, ao ter surgido entre os habitantes de Atenas e os de Mégara uma acesa controvérsia acerca da posse de Salamina. Foi essa a decisão dos homens mais doutos, que abonaram os seus escritos no frequente apoio da autoridade homérica; e à mesma decisão, enfim, deram crédito aqueles que se notabilizaram em toda a espécie de prestígio» (36).

E logo depois continua Osório, num dos passos em que ele melhor define a função da poesia e a distingue da investigação histórica, chamando a atenção para a consciência que entre os Antigos havia dessa distinção, mesmo entre os vulgares espectadores de um poeta dramaturgo ou declamador público:

«É que — e foi isso que enganou esses homens, de maneira nenhuma mal intencionados — não se espera do poeta e do historiador a mesma verdade. Com efeito, na História apenas se descrevem os acontecimentos passados para os transmitir à memória da posteridade. Porém os poetas, que têm um outro objectivo, apresentam muita mais coisa destinada ao honesto prazer dos ouvidos. Por isso na História, a principal virtude consiste na exposição verdadeira e simples dos acontecimentos passados, definidos pelas circunstâncias de lugares, pessoas e tempos. A linguagem dos poetas, porém, assim

(36) «Haec, inquam, mihi aliquis obiiciet. Cui sermoni imperito ut respondeam, uelim dari mihi ueniam, si tantisper a proposito digrediar, dum de studii humanitatis breuissimi disputem. Hoc autem eo facio libentius, quod Homeri testimonio mihi saepius utendum puto. Equidem is sum, qui poetas omnes uera scripsisse credam. Homerum autem arbitrer omnium poetarum fuisse ueritatis amantissimum. Hoc certe uiri Graecorum grauissimi statuerunt, cum duos Homeri uersiculos secuti, litem secundum Athenienses dederunt, cum fuisset de Salaminis possessione inter Athenienses, et Megarenses ingens controuersia constituta. Id arbitrati sunt doctissimi uiri, qui tam crebro auctoritatis Homericae praesidio scripta sua munierunt, uiri in omni genere laudis praestantissimi.» (*ibidem*, I, 12, 45-61).

como está mais coarctada pela métrica, assim também tem maior liberdade na exposição do conteúdo. Há neles, enfim, uma outra verdade a exigir, e se eles falham algo nela, têm a gritar contra si não apenas toda a raça de eruditos, mas também os teatros inteiros em peso» (37).

E o humanista passa a concretizar o objectivo da poesia, recordando os princípios da mimese em que ela se baseia. Neste caso o recurso à *imitação* na descrição da vida humana é envolto numa comparação com os processos analógicos das artes plásticas, nomeadamente da pintura. A condição da «tragédia humana» é descrita como no quadro de um pintor cujo pincel se serve do delineamento das formas e do contraste das cores para representar um objecto. Tal descrição será tanto mais verdadeira quanto mais conseguir imitar a natureza. Eis as suas palavras, que passamos a traduzir:

«É, pois, missão dos poetas imitar nos seus versos, com verdade e elegância, como se fosse com algum pincel, os costumes dos homens, os ludibrios da fortuna e a comum condição desta vida. A sua função é traçar e iluminar com as linhas das ideias e as cores da eloquência tudo quanto na vida há de ilustre e obscuro, de honesto e grave, de torpe e vergonhoso, tudo quanto se deve procurar e tudo aquilo de que se deve fugir.

Ora aquele que assumir esse encargo e lhe der tal cumprimento, que se aproxime, muito de perto, da semelhança da natureza, é de inteira justiça que não seja condenado por mentiroso, mas antes reconhecido como tendo falado a pura verdade» (38).

(37) «Nec enim, quod istos homines minime malos fefellit, eadem ueritas exigitur et a poeta, et ab historico. In historia namque res tantum gestae describuntur, ut hominum memoriae commendentur. A poetis autem, quibus est aliud propositum, multa etiam ad honestam aurium uoluptatem referuntur. Idcirco in historia praecipua uirtus est, uera simplexque rerum gestarum expositio, locis, personis temporibusque distincta. Poetarum autem oratio, ut numeris est adstrictior, ita in rerum expositione liberior. Alia tamen illis est ueritas requirenda, in qua si quid est offenfum, non solum omnes eruditi, sed theatra tota reclamant.» (*ibidem*, I, 12, 61-63; 13, 1-11).

(38) «Est autem poetarum munus, hominum mores, fortunae ludibria, et communis uitae condicionem, quasi quodam penicillo, uersibus, uere et eleganter imitari: quid in uita sit illustre, quid obscurum, quid honestum et graue, quid turpe et flagitiosum, quid expetendum quidue fugiendum, fententiarum lineis et orationis coloribus depingere et illustrare. Qui munus istud susceperit, et susceptum ita praestiterit, ut ad naturae similitudinem proxime accedat; hunc non mendacio condemnari, sed uerum dici et haberi, est ualde consentaneum.» (*ibidem*, I, 13, 11-24).

Assim entendida a missão dos poetas, isto é a de imitar a natureza, por mais próxima que desta se encontre o objecto descrito, fica sempre entre estes um vasto e peculiar abismo de separação, que é próprio da ficção e da arte imaginativa. Por isso, os exemplos concretos que a literatura nos deixou, nomeadamente nos poemas homéricos, não podem ser interpretados como realidade concreta e histórica, mas como modelos abstractos de valor figurativo e imagético, envoltos numa linguagem estética que alicia o leitor e o ouvinte à procura da verdade real:

«Enfim, quem é tão desprovido de senso, que ao ler os erros de Ulisses, os seus variados perigos e aventuras, os seus sessenta naufrágios, aquele sorvedouro abissal de Caríbdis e as fúrias de Cila, além de Antífates e Polifemo; quem é, dizia eu, tão insensato, que, ao ler essas coisas, crê que elas foram assim deixadas por Homero nos seus escritos como se ele defendesse que aquilo tivesse podido acontecer?

Entretanto, todos os sábios admiram aquele divino talento por quem foi expressa a força e a razão de uma tão autêntica coragem, que nunca pôde ser engolida por quaisquer vagas do mar; que nunca pôde ser, pela tentação de quaisquer blandícias, desviada da sua rota fixa; que nunca pôde ser abalada nem enfranquecida em seu ânimo por nenhuma espécie de perigos.

Assim, em Aquiles, eles contemplam a figura da coragem militar; e em Nestor a imagem viva da sabedoria.

Ora isto não foi apresentado numa linguagem subtil e espinhosa, que traria enfado aos leitores, como fazem repetidamente os filósofos, mas antes por uma incrível e divina beleza de eloquência, para mais facilmente atrair os homens ao desejo daquelas virtudes» (39).

Em conclusão, Homero por ter apresentado a verdade sob a forma de ficção poética e dos recursos mitológicos e semilendários de carácter literário para tornar a mesma verdade mais eloquente e mais bela, e

(39) «Quis autem est tam sine mente, ut, cum legat Vlyssis errores, varios casus et accipites, naufragia sexcenta, adde Charybdis immensam illam uoraginem, et rabiem Scylleam, Antiphatem praeterea, et Polyphemum, quis, inquam, est adeo excors, ut, cum ista legat, arbitretur, ea sic ab Homero in scriptis relicta, quasi id fieri potuisse defenderet? Illud tamen diuinum ingenium docti omnes admirantur, a quo tam uerae uirtutis uis, et ratio expressa est, quae nullis umquam fluctibus obrui, nullis blandimentis potuerit ab instituto cursu reuocari, nullis periculis animo frangi, aut debilitari potuerit. Sic in Achille uirtutis militaris effigiem intuentur; in Nestore autem uiuum sapientiae simulacrum. Haec autem non subtili, et spinosa oratione persecutus est, quae legentibus satietatem attulisset, quod est a philosophis factitatum; sed incredibili potius atque diuina dicendi uenustate, quo facilius homines ad studium uirtutis alliceret.» (*ibidem*, I, 13, 24-44).

por isso mais atraente, não pode ser considerado mentiroso. A realidade por ele pintada deve ser analisada na justa óptica da imagem poética, domínio em que ele é guia autorizado mais que nenhum outro:

«E quem poderá, pois, acusar Homero de mentira, quando ele apresentou com tanta verdade e plenitude aquela fiel realidade que ele tinha o dever de procurar? Quando, pois, nos servimos do seu testemunho, mostramos que o fazemos para seguir a autoridade de um homem que, com a penetração da sua mente divina, tudo enxerga. Não que pensemos que se tenham passado exactamente assim os factos, tal como ele os escreveu, mas que foram mais ou menos daquele modo esses costumes dos homens, as instituições desses povos, aquela natureza e força dos Estados, e tudo o mais, enfim, da maneira como foi ilustrado nos seus monumentos literários.

Assim, pois (para regressar agora ao discurso da Nobreza, que tínhamos interrompido), quando ele escreve que Aquiles foi gerado de Tétis... [etc.].» (40).

Não é necessário pôr em evidência o valor deste longo passo do tratado osoriano cerca da *Nobreza Civil*, como contributo para a história da estética literária e em particular da poética. Mais do que qualquer comentário, fala por si a eloquência do próprio texto. Salientemos, todavia, três pontos que nele parecem prevalecer.

O primeiro é a clareza com que o humanista define a verdade exigida a um historiador e a distingue da verdade poética. Aquela é uma verdade simples e crua, despida dos ouropéis da literatura, mas acompanhada por três características fundamentais que identificam um acontecimento histórico, concreto e particular: as circunstâncias de lugar, de pessoas e de tempo (*expositio locis, personis temporibusque distincta*).

A verdade do poeta, porém, apresenta-se enroupada de todos os recursos de estilo para se tornar de mais fácil captação e memória, e vale como uma verdade geral e mesmo universal, como um símbolo, um modelo, um paradigma. É o que se depreende da maneira como o autor fala, por exemplo, das virtudes dos heróis cantados por Homero: «Uma virtude que nunca pôde ser engulida por quaisquer vagas do

(40) «Quis igitur Homerum mendacii insimulare poterit, cum tam uere cumulateque praestiterit eam fidem, quae erat ab illo requirenda? Cum igitur illius testimonio utimur, id facere uidemur, ut hominis diuina mentis acie cuncta perspicentis auctoritatem sequamur. Non quidem ut res omnino sic gestas esse, perinde ac ab alio scriptae sunt, arbitremur, sed eos propemodum fuisse hominum mores, ea gentium instituta, eam rerum uim, et naturam, et reliqua denique omnia, quemadmodum sunt, illius monumentis illustrata. Sic igitur (ut me iam ad nobilitatis rationem referam) cum Achillem Thetide procreatum, [...] (*ibidem*, I, 13, 44-57).

mar; que nunca pôde ser, pela tentação de quaisquer blandícias, desviada da sua rota fixa; que nunca pôde ser abalada nem enfranquecida em seu ânimo por nenhuma espécie de perigos. Assim, em Aquiles, eles [os poetas] contemplam a *figura* da coragem militar; e, em Nestor, a *imagem* (41) viva da sabedoria». É evidente que aquilo de que se trata aqui é a virtude modelo e universal.

Por outro lado, a missão do historiador é registar o passado e transmiti-lo ao futuro, enquanto o poeta se coloca fora do tempo histórico, pela capacidade que a poesia tem de tornar sempre viva — numa espécie de presente permanente — a acção que descreve, e pelos sentimentos e emoções que ela desperta no leitor. «Na história — diz Osório — apenas se descrevem os acontecimentos passados para os transmitir à memória da posteridade. Porém os poetas, que têm outro objectivo, apresentam muita mais coisa destinada ao honesto prazer dos ouvidos».

A segunda nota a salientar é o facto de este texto apresentar Homero como o símbolo de todos os poetas. Toda a poesia em abstracto é aqui encarnada na figura do grande vate grego. São homéricos os heróis aqui evocados, é homérica toda a virtude aqui exaltada, é à volta de Homero que decorre a própria história político-militar no exemplo da posse Salamina, enfim é Homero — «de todos os poetas, o mais amante da verdade» — que aqui se propõe como o centro e a fonte de toda a inspiração poética.

A última observação a fazer é que este passo do tratado *De nobilitate civili* constitui porventura a mais empenhada apologia de Jerónimo Osório em favor da poesia e dos poetas, e representa a sua profissão de fé no valor da função estética e na verdade literária: «Sou daqueles — diz Osório — que acreditam que todos os poetas escreveram a verdade».

E mesmo quando o humanista tem de reprovar certas atitudes de alguns vates que se deixaram dominar pela vanglória ou vendem a sua arte para falso prestígio de alguém, fá-lo com desgosto e contrafeito, e acaba por atenuar a crítica, envolvendo-a nalgum reconhecimento implícito do carácter impositivo das capacidades de persuasão da poesia e na desculpa do seu irresistível sortilégio.

(41) O sublinhado é nosso.

Encontramos um exemplo destes no livro III do diálogo *Acerca da Glória*.

O tratado *De gloria* é, como se sabe, a segunda obra conhecida de Jerónimo Osório. Foi escrita, ao que parece, durante a sua permanência em Coimbra como membro da Universidade — verificada desde pelo menos 11 de Setembro de 1546 a 23 de Maio de 1549 — e aqui veio a ser publicada em Junho deste último ano (42). Faz parte, como dissemos, de uma trilogia constituída por este diálogo, pelo *De regis institutione et disciplina* e pela *Paráfrase a Job* e destinada a reparar, de alguma maneira, a perda de outros três tratados de Cícero, respectivamente o *De gloria*, o *De republica* e o *De consolatione*, dados então todos por desaparecidos.

Está escrito sob a forma de diálogo, tal como o tratado *Da Educação e Ensino do Rei*, e nele figuram como interlocutores, além do autor, o francês Jean Matal e o espanhol António Agustín, ambos seus antigos companheiros de estudo na Universidade de Bolonha.

O diálogo, que é dedicado a D. João III, começa por recordar e reconstituir o ambiente estudantil vivido naquela cidade universitária e em particular na casa de campo de Agustín, nos subúrbios de Bolonha, para onde este seu amigo espanhol o tinha convidado e onde se desenrolou a discussão da matéria que veio a constituir o conteúdo dos cinco livros em que esta sua segunda obra se divide.

Como o autor recorda na carta-dedicatória ao rei português, o seu objectivo tem uma intenção paralela à do tratado *De nobilitate*, que é definir em que consiste a verdadeira glória, separando-a das máscaras do falso prestígio. Vejamos em que termos o autor se dirige ao monarca, para estabelecer esse confronto:

«E assim como nos livros *Acerca da Nobreza* que eu escrevi a D. Luís vosso irmão, príncipe superiormente dotado de toda a espécie de virtudes, me esforcei por distinguir a nobreza postiça e falsa da verdadeira, assim também, nestes livros, pretendo separar o louvor oco e fluído do verdadeiro e estável, e aconselhar, a todos quantos sentem dentro de si algum ardor mental pela glória, que se entreguem de todo o coração ao zelo da piedade e da religião.» (43).

(42) *HIERONYMI OSO | rij de gloria libri. V* [Cólofon:] *Fuit hoc opus excusū Conūbricæ à Frãisco correa & à viro | eruditissimo Pelagio theologiae doctore examiñadorū libro | rū munerī praefecto cōprobatū. A. D. M. xlix. M. lunio.*

(43) «Et, ut in libris de Nobilitate quos scripsi ad Lodouicum fratrem tuum, Principem omnibus uirtutibus ornatissimum, facere sum conatus ut fucatam atque

No contexto deste objectivo final do diálogo *De gloria*, Jerónimo Osório desenvolve, dum modo particular no livro III, a ideia do carácter universal e inato do desejo da fama, que não deriva da vã opinião do vulgo, mas radica na própria natureza do homem, sem isentar ninguém por qualquer motivo que seja: de idade, de sexo, de etnia ou cultura. Crianças, novos e velhos, gente bárbara ou civilizada, heróis e mesmo assassinos, filósofos ou ignorantes, todos no fundo sentem o estímulo da glória. «E — diz expressamente Osório, inspirado talvez num famoso passo do *Pro Archia* de Cícero — se alguns se gloriaram de desprezar a glória, fizeram-no sobretudo para se tornarem famosos por esse desdém. Prova-o a sua preocupação de assinarem os seus nomes e de propagarem a memória das suas cogitações» (44).

É aqui que o humanista passa, embora desgostoso é contrariado, à crítica dos poetas que não apenas se deixam também mover pelo acicate do prestígio, mas fazem por vezes pior do que isso. Ouçamo-lo a dialogar com o seu amigo António Agustín:

«E que dizer dos poetas? Esses prometem, não só a si próprios mas a todos aqueles por quem sentem inclinação e amizade, a imortalidade do seu nome. É que eles entendem que lhes foi dado, por concessão divina, o poder de arrancarem das trevas a quem quiserem e de os constituir em luminares dos homens pelos séculos sem fim. Dádiva sem dúvida divina esta de libertar da injúria do esquecimento para os cumes do prestígio as realidades insignes e de conter, com o seu engenho, a própria morte, que tudo apaga.

Mas, não sei como, é contrariado que eu te digo isto, quer porque sempre admirei o engenho dos poetas, quer porque tu, à imitação de Sólon creio eu, a eles te juntaste (45). Não sei, enfim, por que motivo grande parte deles, esquecidos da sua dignidade, fazem mercancia da imortalidade e a todos propõem uma glória venal.

Há de facto muita gente que, porque não tem qualquer bagagem de virtude própria, facilmente a mercadeja da parte daqueles poetas que, se entre

fallacem nobilitatem a uera secernerem, sic in his libris contendo, ut inanem et fluxam a uera, et stabili laude seiungam, et admoneam omnes, in quibus inest ardor quidam mentis ad gloriam, ut toto pectore in studium pietatis et religionis incumbant.» [Vd. Jerónimo Osório, *De gloria* (in *Opera omnia* I, 116, 53-63; 117, 1)].

(44) «Quod si aliqui se gloriam despiciere gloriati sunt, id fecerunt, ut ea nobilitatis contemptione maxime nobilitarentur. Quod declarat eorum studium in suis nominibus inscribendis, cogitationumque suarum memoria propaganda.» (*ibidem*, I, 170, 24-29). Cfr. Cícero, *Pro Archia* XI, 26.

(45) Referência à dupla ocupação de jurista e poeta que foi António Agustín, tal como Sólon, o famoso legislador e cultor das Musas. Cfr. *infra*, nota 76.

eles te insinuares com presentes, logo farão de ti um filho de Júpiter em boa estrela nascido e capaz de fazer, com a tua larga virtude, regressar os tempos da Idade do Ouro. E este defeito penetrou, com o seu contágio, em certos historiadores da nossa época. Na verdade, aos seus beneméritos acenam-lhes com a esperança de uma fama eterna, e aos que lhes são adversos ameaçam com a perpétua infâmia do seu nome, pois estão convictos de que, com o seu talento e eloquência, podem fazer valer uma e outra coisa.» (46).

Apesar da grande admiração que Osório nutre pelos verdadeiros poetas, como vimos noutros passos já citados e como ele aqui mesmo acaba de confessar, estas palavras, pronunciadas com amargura, acabam numa sátira contundente contra os poetas mercenários, vendilhões da sua arte.

E logo o seu interlocutor e amigo, António Agustín, muito à maneira dos diálogos ciceronianos intervém sorrindo para amenizar o tom da conversa e responde com certa ironia, simulando acreditar que, perante as palavras de Osório, está tudo perdido em matéria de isenção poética e que o melhor será conformar-se e tirar partido da situação:

«Portanto — responde Agustín sorrindo — se desejas tornar-te imortal, tens de procurar agradar-lhes, já que nem mesmo o supremo esforço pela respeitabilidade própria de nada aproveitará àqueles que têm irados contra si os poetas ou os historiadores.» (47)

(46) «Quid de Poetis dicam? Non enim solum sibiipsis, sed omnibus, in quorum studium propensi sunt, nominis immortalitatem pollicentur. Hoc enim sibi diuinitus concessum existimant, ut e tenebris, quos uelint, eripiant, atque saeculis innumerabilibus in hominum luce constituent. Caeleste profecto munus, res ad laudem insignes ab obliuionis iniuria uindicare, mortemque ipsam omnia delentem ingenio comprimere. Sed nescio quomodo inuitus hoc dico, tum quia poetarum ingenia sum semper admiratus, tum quia te, Solonem credo imitatum, cum illis coniunxisti. Nescio igitur quam ratione plerique suae dignitatis obliti mercatum immortalitatis instituunt, gloriamque uenalem omnibus proponunt. Multi enim sunt, qui, cum nulla instrumenta uirtutis habeant, eam facile a poetis nundinantur, quibus si te muneribus insinues, statim te facient Iouis filium felici sidere natum, atque multiplici uirtute aurea saecula referentem. Quod uitium ad quosdam historicos hac nostra aetate contagione permanauit. Nam bene de se meritis spem sempiterni nominis ostendunt; iis autem, quibus infensi sunt, perpetuam nominis infamiam minitantur. Vtrumque enim se ingenio, et eloquentia praestare posse confidunt.» (*ibidem*, I, 170, 29-57).

(47) «Illis igitur, inquit Augustinus ridens, inseruias opus est, si te immeritalem fieri cupis. Nihil enim proderit summum ipsius honestatis studium illis, qui poetas, aut historicos iratos habent.» (*ibidem*, I, 170, 58-62).

Mas Jerónimo Osório repõe a questão nas suas devidas dimensões, recordando que nem todos os poetas se deixam inebriar pelo interesse venal e que, afinal, a causa do suborno dos escritores está na irresistível tentação da fama, que a todos domina. Osório não deixa de criticar, sem hesitação, aqueles que usam a poesia para fins que não estão à altura do nobre conceito em que ele a tem. É um acto de coragem, mas também é um momento de desgosto e ocasião de fazer distinções:

«Como se os homens mais levianos — digo eu — pudessem levar a efeito tudo o que pretendem! É que há muitos que narram os acontecimentos sem mentira e sem suborno, e então só deverá permanecer pelos tempos vindouros o que está apoiado na verdade. Com efeito, a vã aparência, porque vai contra a luz da verdade, dissipa-se e desaparece como se fosse uma espécie de nuvem.

Entretanto, nem os escritores prestariam louvor àqueles a quem se desejam hipotecar por uma enorme mercê nem os homens avaros comprariam a sua fama por elevadíssimo preço, se uns e outros não estivessem cativados pela exímia dignidade que o prestígio traz.

Mas, porque nos admiramos dos poetas quando vemos que os lavradores e os artífices, quando vemos que até os homens bárbaros e avessos a toda a espécie de cultura humana se sentem movidos pelas doçuras do louvor?» (48).

Os dois longos extractos da obra osoriana que nos vêm ocupando e que atrás traduzimos poderiam proporcionar vários e interessantes comentários de ordem histórica, estética, moral, pedagógica e mesmo económica e social; mas, naturalmente, não cabe aqui faze-lo.

Permito-me, todavia, chamar a atenção para apenas um por menor do tratado *De nobilitate civili* acima transcrito, que consiste

(48) «Quasi, inquam, possint homines leuissimi, id quod contendunt, efficere. Multi enim sunt, qui uere, et incorrupte res gestas memoriae prodant: idque solum est in omni aetate permansurum, quod est veritate subnixum. Vanitas enim in lucem ueritatis incurrens, quasi quaedam nebula, dissipatur, et euanescit. Attamen neque scriptores laude afficerent eos, quos maximo beneficio sibi obligare cupiunt; neque auari homines ingenti pretio laudem emerent, nisi utrique eorum laudis eximia dignitate caperentur. Sed quid poetas admiramur, cum agricolas, et opifices, cum barbaros etiam homines, et ab omni cultu humanitatis abhorrentes laudis dulcedine moueri uideamus?» (*ibidem*, I, 171, 1-15).

num esboço de comparação estabelecida entre a poesia e a pintura. Recordemos o principal desse texto que ao caso importa:

«É, pois, missão dos poetas — diz Jerónimo Osório — imitar nos seus versos, com verdade e elegância, *como se fosse com uma espécie de pincel*, os costumes dos homens, [etc.]. A sua função é *traçar* com as linhas das ideias e *iluminar* com as cores da elegância tudo quanto na vida há [etc.].» (49).

Ora esta comparação, que é tópico antigo radicado pelo menos na *Poética* de Aristóteles (50); que Plutarco atribui a Simónides de Céos (51); que Horácio sintetizou e consagrou na famosa expressão *ut pictura poesis* da sua *Epístola aos Pisões* (52) e que veio a ser tema largamente glosado e debatido por humanistas (53), poetas modernos e mesmo pintores, como, entre nós, António Ferreira (54), Camões (55),

(49) Vd. *supra*, n. 38 e a respectiva tradução no corpo do artigo.

(50) Vd. *Poética*, 1, 1447a; 2, 1448a; 15, 1454b; e sobretudo 25, 1460b.

(51) Vd. Plutarco, *De gloria Atheniensium*, III, 346F: *Πλὴν ὁ Σιμωνίδης, τὴν μὲν ζωγραφίαν, ποιῆσαι προσαγορεύει, τὴν δὲ ποιῆσαι, ζωγραφίαν λαλοῦσαν*, i.e. «Dixit quidem Simonides picturam esse poesin tacentem, poesin picturam loquentem», ou seja, «Diz Simónides que a pintura é poesia muda e que a poesia é pintura que fala».

(52) Vd. Horário, *Arte poética*, 361.

(53) Sobre o assunto veja-se Aurelio Roncaglia, «Os Lusíadas de Camões. Ut pictura poesis», *Arquivos do Centro Cultural Português IX*, Homenagem a Marcel Bataillon, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, pp. 253-285, em particular as indicações bibliográficas na p. 255, n. 3. Vd., também, Aníbal Pinto de Castro, «La poétique e la rhétorique dans la pédagogie et dans la littérature de l'humanisme portugais», *L'Humanisme portugais et l'Europe. Actes du XXI.^e Colloque International d'Études Humanistes* (Tours, 3-13 juillet 1978). Paris, Centre Culturel Portugais, 1984, pp. 699-721; Carlos Ascenso André, «A dimensão visual da épica camoniana» *IV Reunião Internacional de Camonistas. Actas*, Ponta Delgada, 1984, pp. 61-70; *idem*, «O nu: o tratamento em *Os Lusíadas* de um tema renascentista» *Revista da Universidade de Aveiro 1* (Aveiro, 1984), 193 sqq., sobretudo 193-194 e nota 6.

(54) Vd. *Poemas Lusitanos*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1971, p. 75:

Juízo, que conheça ao longe e ao perto,
que saiba comparar à boa pintura
o bom poema em tudo vivo e esperto.

(55) Vd. *Os Lusíadas* VII, 76, 7-8; VIII, 41, 7-8:

Feitos dos homens, que, em retrato breve,
a muda poesia ali descreve.

E, como a seu contrairo natural,
à pintura que fala querem mal.

e em especial Francisco de Holanda (56); esta comparação, dizia, é também abordada por Jerónimo Osório, de modo particularmente expressivo, num contexto em que volta de novo ao tema da verdade dos poetas e que é uma outra defesa da poesia e das suas virtudes didácticas.

O passo pertence, desta vez, a um dos diálogos osorianos mais conhecidos, já atrás referido, o *Da Educação e Ensinança do Rei*, publicado em 1572, e faz parte de um capítulo do seu livro IV, em que o autor fala dos métodos, do conteúdo e dos autores que devem propor-se para o ensino a ministrar ao jovem rei D. Sebastião. Depois de seleccionar para este efeito, entre os latinos, prosadores como César, Salústio, Tito Lívio e Cícero, o humanista acrescenta:

«Desejo também que ele aprenda a admirar o supremo engenho de Virgílio e a grandiosidade do seu estilo, e que se deleite com a elegância das sentenças de Horácio» (57).

A estas palavras, interrompeu um dos quatro interlocutores do diálogo, Lourenço Pires de Távora, espantado com o facto de Osório recomendar a inclusão de fantasias de poetas num programa didáctico destinado ao rei:

Mas como? — atalhou ele [Lourenço Pires de Távora] — Pretendeis que os nossos reis também conheçam e privem com os poetas? Não éreis vós quem dizia que o Príncipe não devia, a nenhum pretexto, admitir mentirosos na sua intimidade? Por que motivo, pois, pretendeis agora incluir os poetas, quando é sabido que eles são os supremos artífices da mentira? (58).

Jerónimo Osório atalha imediatamente, para rejeitar esta acusação contra os poetas, por ela ser falsa e revelar uma profunda ignorância dos processos da estética literária e dos recursos da poesia. E logo se apressa a explicar, de forma comparativa, o modo de falar destes

(56) Vd. *Diálogos de Roma*, Lisboa, Sá da Costa, 1955, pp. 42-51.

(57) «Volo etiam, ut Virgilii summum ingenium, et orationis magnificentiam admirari discat, et Horatii etiam sententiis, et urbanitate delectetur.» [Vd. Jerónimo Osório, *De regis institutione et disciplina* (in *Opera omnia* I, 383, 33-36)].

(58) «Quid agis, inquit, poetas etiam uis regibus notos et familiares esse? An non dicebas non debere Principem ulla ratione eos, qui mentiuntur, in familiaritatem recipere? Cur igitur nunc poetas admitti uis, cum summos mentiendi artífices esse constet?» (*ibidem*, I, 383, 37-42).

artistas, semelhante ao dos pintores, que se servem da imitação e da imagem para representar a realidade. Ora um quadro não é a própria realidade: é apenas a sua representação. E isto é evidente para todo aquele que contempla uma pintura. De facto, um poema tem de ser visto com os mesmos olhos de quem vê uma tela. E mesmo as ficções de carácter mítico e maravilhoso que recheiam tanta da poesia clássica não têm outro fim senão tornar mais viva e gravar mais fundo a imagem do real, que a mesma poesia pretende representar. Ouçamos as palavras do humanista, que neste passo, mais que nunca, primam pela clareza:

Sois injusto — respondi eu — quando dizeis mal de homens da maior erudição e dotados do mais elevado talento. Pois não devem tomar-se por mentirosos aqueles que se esforçam por imitar, pela mais perfeita composição de fábulas, a real e inteira verdade. De facto, assim como não devemos ter por mentirosos os pintores quando desenham e pintam figuras de seres animados — o que eles fazem não para acreditarmos que são autênticos seres vivos os que se perfilam e avultam dos seus quadros, mas para avaliarmos em nosso juízo como bem representam os seres dotados de verdadeira vida —, assim também, quando os poetas pintam alguma coisa pelo verso ou pela palavra, uma vez que o não fazem para nos persuadirem de que é verdade aquilo que escrevem, mas para oferecerem aos nossos olhos uma imagem próxima da própria realidade, não devem de modo nenhum ser acusados de falsidade.

De facto, foi com a melhor boa-fé que eles transmitiram o que estava no seu propósito; e esse propósito era descrever, com o brilho das suas palavras, os costumes dos homens, o flagelo das guerras, as instituições civis, a grandeza da virtude e a fealdade do crime; e, para que melhor e com mais solidez e constância se retivesse o que eles desejavam gravar nos espíritos, chegaram mesmo a congeminar ficções de prodígios, a fim de usarem o estilo de linguagem não apenas mais grandioso e mais suave, mas também maravilhoso. É que fica gravado mais fundo no nosso espírito aquilo que incute, juntamente com o encanto, o assombro (59).

(59) «Immerito, inquam, hominibus eruditissimis, atque summo ingenio praeditis male dicis. Non enim mendaces habendi sunt, qui solidam et expressam ueritatem, fabulis apte compositis, imitari conantur. Vt enim pictores, cum animantium imagines delineant et illustrant, mendaces habendi non sunt (nec enim id faciunt, ut illa, quae exstant, et eminent in tabulis, uera animantia esse credamus, sed ut quam apte uera animantia referant, cogitatione iudicemus) ita, cum poetae aliquid uersibus, et oratione depingunt, cum non id agant ut nobis id, quod scribunt, uerum esse persuadeant, sed ut ueritatis ipsius imaginem oculis paene subiiciant, minime uanitatis insimulandi sunt: id enim, quod receperunt, optima fide praestiterunt; id autem receperunt, ut hominum mores, bellorum tempestates, instituta ciuilia,

Com esta explicação fica esclarecida a verdade poética, que não pode ser confundida com a mentira. Esta reside na intenção de enganar e de negar ao leitor ou destinatário, mediante a fraude, os meios de descobrir por si a realidade, o que não acontece na forma literária de quem escreve, como Osório afirma nas seguintes palavras:

«Ora, a mentira não reside nem na imitação nem no seu exagero, mas na fraude e na maldade. Portanto, só quem inventa alguma coisa, com suas palavras, na intenção de lesar e induzir em pernicioso erro a gente impreparada é que deve ser tido por mentiroso; não aquele que descreve a parência e o aspecto de qualquer coisa e que, para mais e com maior proveito agradar aos que a contemplam, exagera, com as mais eloquentes palavras e os mais brilhantes ornatos, aquilo que bem entende.» (60).

E depois de concluir que, portanto, nem todos os poetas devem ser afastados do palácio real, mas apenas aqueles que se servem dos recursos da ficção poética para depravar o espírito do rei, levando-o a imitar a torpeza, Jerónimo Osório volta, de maneira mais directa, à comparação da poesia com a pintura, na seguinte frase lapidar:

«É que um poema é uma espécie de pintura viva que, seja qual for o fim a que se dirija, para aí impele as almas muito mais do que toda a espécie de quadros dos mais notáveis pintores.» (61).

E para fechar esta longa referência ao valor e função educativa da poesia no seu tratado sobre a educação do príncipe, o humanista por-

uirtutis amplitudinem, sceleris deformitatem, uerbis luculenter exprimerent; et, quo magis id, quod animis infigere uolebant, firmitus, et constantius adhaeresceret, portenta etiam finxerunt; ut non solum amplissimo et dulcissimo, sed etiam admirando genere orationis uterentur. Ea namque maxime animis imprimuntur, quae, simul cum iucunditate, admirationem incutiunt.» (*ibidem*, I, 383, 42-62; 384, 1-7).

(60) «Non est autem mendacium uel in imitatione, uel in imitationis amplificatione, sed in fraude et in malitia constitutum. Is igitur tantum, qui fingit oratione aliquid, ut laedat et errorem perniciosum imperitis obiiciat, mendax existimandus est; non is, qui faciem, atque uultum rei alicuius exprimit, et, ut magis et cum maiore utilitate intuentes oblectet, id, quod uult, grandioribus uerbis et illustrioribus ornamentis exaggerat.» (*ibidem*, I, 384, 7-16).

(61) «Est enim poema uiua quaedam pictura, multo magis animos in quamcunque partem se contulerit impellens, quam omnes excellentium pictorum tabulae.» (*ibidem*, I, 384, 40-44).

tuguês recorda o seguinte episódio da história antiga, para enaltecer e eger como o primeiro dos poetas a figura de Homero:

«E nunca se poderá louvar devidamente o que, segundo recordam certos autores, respondeu a Filipe o seu filho Alexandre, quando, ao perguntar-lhe seu pai porque não manuseava outro poeta além de Homero, ele lhe disse: 'Porque só Homero me parece um poeta régio, pois só ele dá ensinamentos próprios para um rei'» (62).

Para além de tudo o que se poderia dizer quanto a estas palavras de Jerónimo Osório, nomeadamente no que respeita, mais uma vez, à verdade poética, desta feita confrontada com a verdade iconográfica, é de notar a curiosa expressão do humanista usada na comparação da poesia com a pintura: «Um poema é uma espécie de pintura viva (*Est enim poema uiua quaedam pictura*).

Embora o epíteto «viva» aplicado nesta metáfora esteja um pouco implícito na expressão tradicional *pictura loquens* (*ζωγραφία λαλοῦσα*) atribuída a Simónides e traduzida por Camões sob a forma «pintura que fala» (63), a verdade é que a versão osoriana é, a nosso ver, mais feliz, porque sugere não apenas as vozes que ressoam de uma descrição poética, mas ainda todo o movimento que a anima e que resulta de um dinamismo peculiar da poesia, alheio, como tal, à estética pictórica.

Seja como for, o que mais ressalta da leitura dos passos até aqui abordados é o testemunho da alta consideração em que Jerónimo Osório tinha a poesia, pela riqueza das suas capacidades de expressão, pelo poder interpelativo e pelo sortilégio dos seus recursos literários, que fazem dela uma das armas mais eficazes da palavra escrita ou falada, para o bem ou para o mal.

Não surpreende que assim sucedesse num humanista de tão esmerada preparação literária, como era Osório, e que tanto se sentia cativado pela estética dos modelos clássicos; num bispo que toda a vida se preocupou com a cultura geral dos seus súbditos e que promovia, sem peias, o ensino da poesia dentro do seu próprio paço e aí dava guarida a todas as outras formas de arte, como a música e a pintura,

(62) «Nec enim satis laudari potest id quod Philippo filium eius Alexandrum quidam dixisse commemorant, cum pater de illo quaereret cur nullum alium poetam, nisi Homerum, in manus sumeret: 'Quia, inquit, solus Homerus mihi poeta regius esse uidetur; solus enim regiam disciplinam tradit.'» (*ibidem*, I, 384, 51-57).

(63) Vejam-se os respectivos textos *supra* nas notas 51 e 55.

e mesmo ao desporto; num homem que apreciava toda a espécie de beleza física e que a este tema consagrou largas páginas dos seus livros (64); num filósofo e teólogo que tinha Platão como um dos livros de cabeceira e por ele nutria especial admiração, a ponto de glosar e traduzir largos passos das suas obras; num pastor de almas dinâmico e austero que ficava extasiado na contemplação da natureza e da harmonia que a rege, e sobre cuja matéria escreveu algumas das suas páginas mais belas. Enfim, não é estranha esta defesa dos poetas num escritor que desde muito jovem viveu no culto persistente do estilo literário e que usou nos seus livros do mais elegante latim do seu tempo em todo o mundo e nos deixou algumas páginas do que de melhor se escreveu até hoje em português.

3. O POETA PRÁTICO: LEGADO POÉTICO DE D. JERÓNIMO OSÓRIO

Perante um humanista destes, que toma a defesa dos poetas numa das apologias mais inflamadas de toda a literatura novilatina entre nós e que representa, na história literária portuguesa, segundo cremos, um dos mais antigos e autorizados exemplos de teorização poética, cabe naturalmente formular uma pergunta: — E ele, o próprio Jerónimo Osório, não terá sido, além de admirador e teórico, também um praticante deste género literário? Não terá sentido, como grande parte dos humanistas seus contemporâneos, a tentação de afrontar as auras da imaginação poética, com uma pequena composição que fosse? Enfim, terá sido Jerónimo Osório poeta?

Os historiadores da literatura do seu tempo dizem que sim, embora esta faceta da sua actividade de escritor tenha passado quase sempre despercebida.

Com efeito, ao percorrer o famoso *Poema acerca dos Poetas Portugueses* de Pedro Sanches, isto é, os seus *Carmina de poetis Lusitanis* (65),

(64) Vd., por exemplo, *De gloria* (in *Opera omnia* I, 172-173); *De regis institutione et disciplina* (*ibidem*, I, 413-414); *De uera sapientia* (*ibidem*, II, 608-609) e *In parabolis Salomonis commentarius* (*ibidem*, III, 758-759).

(65) Vd. *Petri Sanctij Supremi Senatus a Secretijs, Rege Sebastiano, Carmina de poetis Lusitanis ad Ignatium Morealem* (BNL, COD. 6368, fols. 348-366v).

também conhecidos por *Carta a Inácio de Moraes* (66), redigidos por volta de 1578, aí se encontra, incluído no elenco dos sessenta poetas cantados pelo autor, o nome do grande Osório (*Osoriusque ingens*).

O elogio do bispo do Algarve como poeta vem aí associado ao de outros dois famosos prelados seus contemporâneos, D. António Pinheiro e D. Manuel de Almada, ocupando no seu conjunto um total de 38 hexâmetros do poema de Sanches (vv. 380-417) (67).

O texto diz claramente que os três bispos — ainda vivos nessa altura —, não desdenham, apesar das suas actividades pastorais, «abraçar a sublime dignidade dos vates e ensaiar sagrados versos acerca de matéria sacra»:

Sublimes Vatum tamen amplectuntur honores
sacraque de sacris meditantur carmina rebus.

Assim haviam feito outrora vários poetas igualmente sagrados: Avito, Juvenco, Prudêncio, Arátor, Moisés e sobretudo o rei-poeta David. E o elogio termina com a seguinte ironia:

Inunc, et sacros posthac contemne poetas!

isto é, em português:

Anda agora, e põe-te, de futuro, a desprezar os poetas sacros!

Entretanto, a referência concreta ao nome de D. Jerónimo Osório ocupa, neste encómio simultâneo aos três bispos humanistas, o v. 382 e diz apenas o seguinte:

Osoriusque ingens, aurum cui defluit ore,

ou seja, em português:

E o grande Osório de cuja boca ouro dimana.

Além do evidente efeito estilístico deste verso, conseguido pela feliz concisão com que foi lavrado e pela metáfora homérica que ele contém, Pedro Sanches procurou, ainda, enriquecê-lo com o jogo de palavras entre *Osorius* e *os+aurum*, na clara intenção de propor uma etimologia para o nome Osório, como quem diz «Boca-de-ouro», possivelmente recordado da origem do epíteto grego «Crisóstomo»

(66) Vd. *Epistola ad Ignatium de Moraes* (in António dos Reis, *Corpus illustrium poetarum Lusitanorum qui Latine scripserunt*. Tom. I, Lisboa, 1745, pp. 11 sqq.)

(67) Vd. *ibidem*, pp. 24-25.

dado ao famoso orador da patrística, São João, arcebispo de Constantinopla.

O motivo que levou Pedro Sanches a incluir Jerónimo Osório entre os poetas novilatinos portugueses do século XVI fora certamente o seu conhecimento directo de um poema deste humanista, em 80 hexâmetros, dedicado ao dia do nascimento de Cristo, e que havia sido recentemente publicado em apêndice à primeira edição do seu livro *Paraphrasis in Isaiam*, saído em Bolonha em 1577, por ocasião da sua viagem a Roma. Esse poema é o que de mais importante resta da sua actividade poética, como a seguir veremos. Antes, porém, importa averiguar de outras provas ou indícios dessa mesma actividade.

Assim, por exemplo, talvez Pedro Sanches, em 1578, não soubesse que Jerónimo Osório poetara na própria língua grega e que dessa produção — considerável, ao que parece — chegara a publicar, sob forma de paráfrase, as Lamentações de Jeremias, segundo informação autorizada do autor da sua *Vita*, publicada catorze anos mais tarde, em 1592. Infelizmente, porém, tudo isso se perdeu «*temporis iniuria*», conforme palavras da mesma fonte.

Talvez Pedro Sanches nunca tivesse sabido também que, da correspondência trocada, pelos anos de 1542 a 1544, entre Osório e o espanhol António Agustín, seu companheiro de estudos em Bolonha, se conclui que este lhe escrevera um dia uma epístola em versos latinos e que Jerónimo Osório prometera responder do mesmo modo logo que a musa Calfope, então afastada do seu convívio, se dignasse propiciá-lo com o dom da inspiração.

De facto, a 1 de Setembro de 1542, quando o humanista português tinha deixado Bolonha e se encontrava de vez em Portugal havia largos meses — talvez perto de um ano —, António Agustín escrevia-lhe daquela cidade e dizia, entre outras coisas curiosas, o seguinte:

«Quase me tinha esquecido de te mencionar aquela carta que te escrevi em verso alguns dias antes de receber a tua. Se ela chegou às tuas mãos, ser-te-á grata pelo facto de ter sido em memória do teu nome que eu gastei todo o tempo que a levei a compor. Se, pelo contrário, o fruto das nossas vigílias se perdeu, podes crer que não tiveste grande prejuízo.» (68).

(68) «Illud paene eram oblitus, ut de ea epistola, quam ad te uersibus scripsi ante aliquot dies quam tuam accepissem, mentionem facerem. Quae si ad te perlata est, eo nomine erit grata, quod in tui nominis memoria omne id tempus consump-

Em carta de 16 de Fevereiro do ano seguinte, Jerónimo Osório acusa a recepção das referidas carmes epistolares e começa por agradecer-los nestes termos:

«Em primeiro lugar, quando eu me ia a pouco e pouco afastando do culto das Musas e vivia já metido nos rudes costumes da minha pátria, tu, com teus belíssimos versos, fizeste-me regressar à cultura;» (69)

E, mais adiante, conclui:

«E no que toca aos versos, recompensar-te-ia da mesma maneira se me fosse dado talento. Mas, não sei como, Calíope, que tu manténs a ti ligada pela familiaridade e pelo convívio, tem o pensamento mais arredado de mim do que era seu costume. Logo que eu consiga tornar-me propícia a sua vontade, responder-te-ei em verso. Entretanto, porém, enquanto isso não me for concedido, vou escrever em prosa àquela parte da tua carta em que [etc.]» (70).

Não encontramos na vasta obra de António Agustín tal carta em verso dirigida a Jerónimo Osório, nem sabemos se este lhe terá algum dia respondido com outra do mesmo género. Mas sabemos hoje que o humanista português dedicou àquela seu amigo espanhol pelo menos um pequeno epigrama, que é um rasgado elogio às qualidades de grande jurista que ele foi.

António Agustín era natural de Saragoça, onde nasceu em 1517 de uma família da alta nobreza: teve por pai o vice-chanceler de Aragão António Agustín e por mãe D. Isabel, duquesa de Cardona. Estudante de Direito em Bolonha desde 1535, aí o foi encontrar Jerónimo Osório, que dele mereceu provas da maior amizade, correspondida

serim, quod conficiendis illis impendi.» (Vd. *Antonii Augustini Episcopi Tarraconensis Epistolae latinae et italicae nunc primum editae a Ioanne Andresio*. Parmae, 1804, p. 88).

(69) «Primum enim me paulatim a musarum studio discedentem, et iam agrestibus institutis patriae uiuentem, ad humanitatem uersibus tuis elegantissimi traduxisti;» (*ibidem*, pp. 89-90).

(70) «Quod autem ad uersus attinet, remunerarer te eodem genere, si mihi facultas daretur. Sed nescio quomodo Calliope, quam tenes familiaritate atque consuetudine deuinctam, habet a nobis animum alieniorem, quam habere consueuerat. Postea quam illius numen mihi propitium reddidero uersibus tibi respondebo. Interim uero quamdiu id non licet, ad eam partem litterarum tuarum soluta oratione rescribam, ... (*ibidem*, p. 90).

desde cedo pelo humanista português com a inclusão do nome de Agustín no tratado *De gloria* como um dos seus interlocutores, e testemunhada na correspondência trocada entre ambos desde 1542 e mantida ainda mais de trinta anos depois.

António Agustín, que veio a ser um dos mais célebres arcebispos de Tarragona, ficou conhecido sobretudo pela sua vastíssima cultura, como arqueólogo (no campo da numismática), como humanista e filólogo e, em particular, como jurisconsulto dos dois direitos, especialmente do direito eclesiástico. A ele se deve a aplicação, pela primeira vez em Espanha, dos métodos da filologia humanística à depuração das fontes da jurisprudência civil e canónica.

Da sua vasta obra, a maior parte publicada em vida e reunida quase toda mais tarde nos *Opera omnia* publicados em Luca em 1782, constam mais de vinte títulos de livros de tomo dedicados à filologia jurídica, nomeadamente às emendas e correcções dos textos da tradição do direito pontifício e romano.

Ora, é justamente a esta faceta do labor científico do jurista seu amigo que Osório dedica, como dizíamos, o referido epigrama, uma das duas poesias que dele chegaram até nós.

Trata-se de uma composição de seis dísticos elegíacos, que, segundo parece, ficou inédita até bastante tarde, talvez sumida entre o espólio documental do destinatário, e que veio a ser publicada, pela primeira vez creio, numa edição póstuma da obra do mesmo António Agustín, o *De emendatione Gratiani*, em Paris, em 1672, p. 630 (71).

É provável, porém, que a sua composição se reporte à época da carta em que Jerónimo Osório lhe prometera retribuir em verso, isto é depois de 16 de Fevereiro de 1543, uma vez que nesse mesmo ano o humanista espanhol escrevera uma das suas primeiras obras sobre interpretação e crítica textual jurídica, com o título de *Emendationum et opinionum liber* (72). É até bem possível que, em substituição de

(71) De entre as edições posteriores desta obra do jurista espanhol, ainda incluem o epigrama de Jerónimo Osório pelo menos a de Paris, de 1760 (Vol. II, p. 630) e a de Veneza, de 1777 (Vol. II, p. 618).

(72) Este opúsculo aparece publicado no mesmo ano como Livro IV da obra mais vasta intitulada *Emendationum et opinionum liber quatuor. Ad Modestinum, sive De excusationibus liber singularis. His libris maxima Juris Civilis pars ex Florentinis Pandectis emendatur et declaratur. Venetiis, apud Juntas, MDXLIII*, em cuja carta-dedicatória a Miguel Mai se recorda a sua história como obra anterior e autónoma desta.

um carne epistolar igual ao de Agustín, o humanista português se tenha ficado por esta pequena composição.

Nela, Osório recorre à expressão mitológica para elogiar o seu amigo, comparando-o com Triptólemo, o herói de Elêusis que recebera da deusa Deméter a missão de estabelecer pela primeira vez as leis entre os homens e o encargo de percorrer o mundo num carro puxado por dragões alados para nele espalhar a cultura do trigo.

O método filológico e humanístico aplicado por Agustín à crítica textual e à interpretação das fontes do Direito é aqui comparado ao arrancar do joio por entre as sementeiras. O restauro das línguas clássicas, sobretudo do latim, e o seu uso com correcção e elegância dentro dos próprios textos jurídicos é como se fora água da fonte Castália, inspiradora de poetas e purificadora de ritos, a irrigar as mesmas searas. Enfim, como é comum nos elogios hiperbólicos da época humanística, Agustín é superior ao próprio Triptólemo e deve, por isso, assumir as rédeas do seu carro.

Vejamos, pois, o que diz expressamente Osório no seu epigrama:

HIERONYMVS OSORIVS

Episcopus Syluensis (73)

ad Antonium Augustinum V.C.

- Triptolemus quondam seuit sacra munera frugum,
legibus et gentem Cecropiam excoluit.
Tu leges ipsas atra rubigine tristes
ingenio purgas, et sata laeta facis.*
- 5 *Ille angui inuectus uolucris tenet aethera curru.
Te uolucris fama ducet in astra decus.*
- Ille colit Cererem. Peragis tu sacra sacerdos
matris Eleusinae sacraque Pieridum.*
- 10 *Euellis lolium atque inimicas frugibus herbas,
inducisque satis Castalios latices.*
- Ergo Triptolemus tibi iam concedat habenas;
et uictus, currus deserat ille suos.*

(73) O título de bispo «de Silves» parece provar que a data da composição deste epigrama é, pelo menos, anterior à mudança da sé episcopal algarvia de Silves para Faro, desejo que D. Jerónimo Osório alimentou durante largos anos — é que já vinha dos seus antecessores —, mas que só veio a ser satisfeito em 1577, após o seu regresso da viagem a Roma. Recorde-se, a propósito, que a data de 30 de Março deste ano, proposta para aquele efeito por João Baptista da Silva Lopes em *Memorias*

ou, em português:

JERÓNIMO OSÓRIO

Bispo de Silves

ao Ilustre Senhor António Agustín

- Triptólemo semeou um dia os sagrados dons das searas
e civilizou com as leis o povo cecrópio (74).
Tu, com teu talento, expurgas da negra ferrugem as próprias
leis severas e tornas ledas as sementeiras (75).
- 5 Ele, transportado por um dragão alado, domina o espaço em seu carro.
A ti, nas asas da fama, levar-te-á aos astros o teu prestígio.
Ele cultiva Ceres. Tu, feito sacerdote, praticas o culto
da mãe eleusina e o culto das Piérides (76).
Arrancas o joio e as ervas inimigas das searas,
10 e encaminhas p'ràs sementeiras as águas de Castália.
Que Triptólemo, pois, te entregue já as rédeas,
e que, vencido, te abandone os seus carros.

para a *Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia das Ciências, 1848, p. 329, e seguida em geral pelos historiadores, não se pode aceitar — pelo menos nos termos em que é apresentada —, dado que D. Jerónimo Osório se encontrava então provavelmente em Itália. Com efeito, ainda em 19 de Agosto do mesmo ano escrevia ele de Barcelona ao seu amigo cardeal Estanislau Hósio, durante a sua viagem de regresso a Portugal (vd. *Stanislai Hosii [...] Opera omnia in duos diuisa tomos [...]*, Coloniae, apud Maternum Cholinum, anno MDLXXXIII, Tomus secundus, p. 395).

(74) Os poetas latinos usavam frequentemente o adjectivo *Cecropius* não no sentido restrito de «ateniense» (do primeiro rei mitológico e fundador de Atenas), mas como sinónimo de *Atticus*, sobretudo quando a forma deste último toponímico não cabia no hexâmetro. Vd. por exemplo, Propércio, 2, 20, 6; 2, 23, 29; Virgílio, *Georg.* 4, 177 e 270; Marcial, 9, 12, 2; 3, 24, 1; etc. É pela mesma razão que Jerónimo Osório usa *Cecropiam* por *Atticam*.

(75) As razões que levaram António Agustín a dedicar-se à crítica textual dos documentos jurídicos, e o método por ele preconizado nesta matéria, vêm largamente expostos na carta-dedicatória dos *Quatro Livros de Emendas e Opiniões* atrás referidos (vd. nota 72). Mas a sua actividade no domínio da ecdótica estendeu-se, também, aos autores clássicos, nomeadamente com as obras *M. T. Varronem de lingua Latina emendationes et notae*, Roma, 1557, e *In Sext. Pompeium Festum et verborum significatione notae*, Roma, 1560.

(76) A dupla qualidade de jurista e cultor das Musas de António Agustín é testemunhada pela obra que ele nos legou. Sobre o que resta das suas composições poéticas, vide D. Gregorio Mayáns i Siscar, *Vida de D. Antonio Agustín, Arzobispo de Tarragona*, En Madrid, por Juan de Zuñiga, Año 1734, pp. 126-127. O poema mais significativo, dirigido ao seu amigo Latino Latini, encontra-se impresso no

Sob o ponto de vista literário, este epigrama perde por demasiado carregado de referências mitológicas. Mas isto era moda que vinha já da tradição clássica e que os humanistas procuravam imitar.

Todavia, e para além de outros aspectos a considerar, este texto tem o mérito de testemunhar a importância que o Humanismo teve no âmbito da reforma da jurisprudência, pela depuração dos textos jurídicos e a sua consequente reinterpretação; e mostra como no tempo de Jerónimo Osório e de António Agustín se ia já a pouco e pouco desterrando a barbárie que dominara outrora muito do ensino universitário tradicional e certos sectores ditos cultos, e contra a qual travaram persistente batalha, na mesma Espanha, entre outros, Aires Barbosa e António de Nebrija. Sobre o mesmo problema em Portugal, veja-se o desabafo de André de Resende, na saborosa tradução de Américo da Costa Ramalho em «Notas de Investigação, XX — ‘Causíficos’ e Humanistas», *Humanitas* XXXIII-XXXIV (Coimbra, 1982), 232-235.

Dissemos atrás, ao comentar o facto de Pedro Sanches ter incluído D. Jerónimo Osório no número dos poetas novilatinos portugueses, que ele o terá feito em atenção sobretudo ao poema acerca do nascimento de Cristo, publicado com a primeira edição da *Paraphrasis in Isaiam*, saída a lume em Bolonha em 1577, por ocasião da famosa e polémica viagem deste bispo a Roma, que o levou do Algarve por volta de Março de 1576 e o trouxe de regresso nos finais de Agosto do ano seguinte.

Sabe-se que os verdadeiros motivos desta viagem tinham a ver não apenas com o desejo de cumprir, ao menos uma vez na sua já longa carreira episcopal, o dever da visita *ad sacra limina*, mas também, e talvez acima de tudo, com a decisão estratégica de se ausentar do país por algum tempo, a fim de deixar cicatrizar a ferida política resultante dos atritos que tivera com el-rei D. Sebastião, por causa da famosa questão dos dízimos episcopais no Algarve provenientes da pesca do atum.

Mas um outro motivo dessa viagem era, como o próprio bispo o declara, a intenção de publicar em Roma várias das suas obras iné-

De emendatione Gratiani, Paris, 1672, pp. 632-633, e nos *Opera omnia*, Luca, 1772, vol. VII, pp. 193-194. Nicolau António transcreve-o na sua *Bibliotheca Hispana Nova* I, Madrid, 1783, pp. 99-100.

ditas, nomeadamente as paráfrases ao Livro da Sabedoria, a Job e a Isaías, os comentários a Oseias, a Zacarias e à Carta de S. Paulo aos Romanos e, sobretudo, o tratado *De uera sapientia*. Afinal, conseguirá publicar apenas os 5 livros da *Paráfrase a Isaías*.

Chegado ao porto de Génova, e antes de se dirigir para Roma, D. Jerónimo Osório deteve-se, por razões climatéricas e políticas, primeiro em Parma, onde foi hóspede, durante três meses, da infanta D. Maria, neta de D. Manuel, e depois em Bolonha, cidade dos seus antigos mestres e companheiros de estudo. Aqui permaneceu desde cerca de Setembro de 1576 até princípios de Janeiro de 1577 e aqui aprontou a referida edição da *Paraphrasis in Isaiam*.

Como a sua estadia em Bolonha coincidiu com a quadra natalícia de 1576, altura em que o seu livro estaria prestes a sair do prelo ou, pelo menos, pronto de suas mãos, compreende-se que Osório lhe tenha acrescentado uma poesia sobre o Natal, certamente composta por essa ocasião, durante as suas horas de espera e ócio.

Ocupa ela a derradeira folha da referida obra — o fólio 236-236v.^o —, está impressa em tipo redondo miúdo, diferente do itálico médio de todo o corpo do livro, e ostenta o seguinte título completo: *Carmen eiusdem auctoris in diem Natalem Domini nostri Iesu Christi*. Foi reeditada, na mesma obra, em Colónia nos anos de 1579 e 1584, e no último volume dos *Opera omnia* em Roma, em 1592 (77).

Em resumo, trata-se de um verdadeiro hino de louvor e gratidão a Deus e ao Verbo Incarnado pela obra da restauração e redenção do género humano. Consta de oitenta hexâmetros dactílicos e divide-se em duas partes claramente distintas e quase rigorosamente simétricas.

Na primeira, que ocupa os versos 1 a 39, Jerónimo Osório dirige-se a Deus na pessoa do Pai Supremo, como criador e provedor do universo e também como autor do projecto de salvação do homem, que Ele foi preparando ao longo do tempo. Osório parece evocar aqui, de modo mais ou menos velado, alguns acontecimentos do Antigo Testamento que revelam a frequente intervenção divina na história humana.

(77) Manuel Augusto Rodrigues, em artigo recente, «A obra exegética de D. Jerónimo Osório no contexto do Humanismo, da Reforma e da Contra-Reforma», separata da revista *Theologica*, vol. XVI, fasc. III-IV, Braga, 1983, pp. 40-42, transcreve de novo o mesmo poema, sendo esta, pois, segundo cremos, a sua 5.^a edição.

É de notar que todo o texto deste primeiro hemipoema, tirando algumas comparações de contexto, se conserva sintacticamente dirigido à 2.^a pessoa do singular, desde o vocativo *Summe Pater* do início até ao possessivo *tua* do v. 39, passando por várias formas verbais na mesma pessoa e, até, pela repetição expressa do pronome pessoal *tu* (vv. 10, 24 e 34).

A passagem para a segunda parte do poema é assinalada pela mudança, transitória (vv. 40-41), da sintaxe para a 3.^a pessoa, mediante a evocação de um menino de origem celeste acabado de nascer, que foi o executor do plano salvífico divino. Todo o resto da composição volta à sintaxe da 3.^a pessoa do singular, mas agora dirigida a Cristo, na figura do *puer inclitus alto demissus caelo*, para o saudar, para engrandecer a sua missão de resgate da humanidade e para lhe pedir protecção contra os perigos do mal, na esperança de o poder cantar devidamente na eternidade.

Vejamos, então, o texto deste poema de Jerónimo Osório.

CARMEN EIVSDEM AVCTORIS

In Diem Natalem Domini Nostri Iesu Christi [78]

*Summe Pater, caelum aeterno qui lumine complex
pollentique manu uertis, qui frugibus alman
tellurem arboribusque et laeto gramine uestis,
et dulcem praebes cunctis animantibus escam,
5 humanumque genus caelesti nectare pascis,
inseris atque astris, quis tandem carmine grates
munere pro tanto poterit persolvere dignas?
Cum humanas mentes premeret nox atra tenebris
morsque ruens tristi terras inuolueret umbra,*

(78) Na transcrição deste poema, comparámos as quatro edições quinhentistas e tomámos como base o texto da 2.^a edição (vd. *Paraphrasis in Isaiam Libri V*, Coloniae Agrippinae, Apud haeredes Arnoldi Birckmanni, Anno M.D.LXXIX, fols. 245-246v), por ser a última saída em vida do autor e também porque é esta a que se apresenta mais correcta.

Quanto à ortografia, seguimos o critério de a actualizar segundo as normas que presidem às edições modernas dos autores clássicos, como já atrás havíamos feito para o epigrama dedicado a António Agostin. Uniformizámos a pontuação, aproximando-a das regras actuais, geralmente mais sóbrias, particularmente no uso da vírgula; em matéria de crítica textual, fizemos opções e correcções em alguns casos pontuais, que a seguir se indicam; abrimos o texto em parágrafos para sua melhor compreensão e, finalmente, numerámos à margem os respectivos versos.

10 *tu tandem, miseros homines miseratus, ab alto
misisti in terras lucem qua cuncta serenas
caelitibusque immensa aeternaque gaudia confers* [79].

*Postquam igitur taetras tenebras letumque fugasti,
summa tenet mentes hominum atque aeterna uoluptas,*
15 *qui tantam lucem aspiciunt, qui numen adorant
rite tuum, atque tuis aris pia tura reponunt.*

*Vt laeti agricolae magnis in messibus omnes
deponunt curas animis et carmina dicunt;
ut miles uictor, postquam spoliauerit hostem,*
20 *exsultat laetus praeda partoque triumpho;
sic nos consequimur caelestia munera laeti,
sic canimus laeti et spoliium celebramus opimum
quod dux armipotens abiecto diripis hosti.*

*Tu namque immanis fregisti sceptrum tyranni
qui genus humanum imperiis oppressit iniquis
imposuitque iugum nostris ceruicibus, atque
peccati mortisque furorem ferre coegit.*
*Vt quondam populos strauisti Marte feroces,
quos non uis hominum absumpsit, sed numine tantum*
30 *concisi cecidere tuo, duxque inclitus armis
non armis, sed lampadibus cantuque tubarum,
hostiles acies contriuit, funera passim
edens, et numerum ingentem sub Tartara misit;
sic tu bellipotens, clara nunc luce coruscans,*
35 *doctrinae sonitu caelestis conficis hostem
et clarum ducis deuicta morte triumphum.*

*Martis nam saeui fremitum dirumque tumultum,
horrificam caedem et imbutas sanguine uestes
uis tua consumpsit telis et uindice flamma.*

40 *Haec puer exoriens nobis, puer inclitus alto
demissus Caelo, confecit proelia nobis.*

*Salue, magne puer, clarissima Patris imago,
quem genuit nobis regem sanctissima Virgo,
tu imperium fulcis umeris, tu sidera tollis,*
45 *te summum regem colimus stellantis Olympi
et tua carminibus celebramus sacra frequentes.*

*Namque tuum canimus sanctum et mirabile numen
Conscius aeternae mentis magnique minister
consilii, summus Deus ipse Deique propago*
50 *fortis et omnipotens, inuicto robore gentes
proteris inuisas, inuisaque Tartara terres.*

(79) A 1.^a edição (Bolonha, 1577) apresenta, nos vv. 12-13, a seguinte pontuação: vírgula depois de *confers*, e ponto depois de *fugasti*.

- Tu princeps generis sancti, tu prolis origo
aeternae, interpres tu nostrae pacis et auctor* [80],
pacis quam nunquam deleuerit ulla uetustas.
- 55 *Namque tuo aeternum sanxisti sanguine foedus,
quod tandem impuri deleuit crimina mundi
et Caelum terris* [81] *miro deuinxit amore
et nobis claras sedes reserauit Olympi;* [82]
numine tu patrio regnum tutaris auitum,
- 60 *Dauidis solium confirmas iuraque sanctis
das populis summoque regis moderamine Caelum.*
Adsis, o Caeli decus, o clarissime nostras [83]
*rex animas serua, nos et defende periculis
atque arce procul aeterni contagia leti* [84],
- 65 *ut tibi puro animo uotum immortale sacremus
nosque tuo semper praesenti numine serues.
Spiritus in nobis sanctum tuus excitet ignem
qui sceleris presci penitus uestigia flammis
exurat, Caeli et nobis incendat amorem.*
- 70 *Nos si circumstent discrimina Martis anhel,*
si uenti terras ingenti turbine perflect,
*si mare turbatum fluctus ad sidera tollat,
si caelum horribili superintonet omne* [85] *fragore,
tuque benigno nos uultu respexeris, omnes*
- 75 *intrepidi motus hinc despiciemus et alta
mente Poli sedes spectabimus undique tuti,
inque tuas laudes carmen modulabimur aptum.*
*Templa tuas referent sacro tum carmine laudes,
siluae diuinas referent tum carmine laudes*
- 80 *et pulsus sacris resonabit cantibus aether.*

O texto é longo demais para podermos fazer aqui sobre ele uma análise estilística e literária ainda que sucinta, mas podemos, mesmo assim, anotar rapidamente alguns pormenores de carácter estético:

(80) As edições de 1577 (Bolonha) e de 1592 (Roma) têm, entre os vv. 53-54, a seguinte pontuação: *tu nostrae pacis, et auctor / pacis, quam [...]*.

(81) *in terris* ed. Roma 1592.

(82) *reseruauit Olympi.* ed. Colónia 1579 e 1584; *reserauit Olympi.* ed. Roma 1592; *reserauit Olympi:* ed. Bolonha 1577.

(83) *nostras:* ed. Bolonha 1577.

(84) *leti.* ed. Bolonha 1577.

(85) *omni* ed. Colónia 1584.

Além da já referida divisão estrutural em duas partes iguais passíveis de subdivisões relativamente simétricas e que podem evocar um certo equilíbrio numérico do tipo do verificado nas *Bucólicas* de Virgílio, há a assinalar possíveis reminiscências da Bucólica IV, nomeadamente nas palavras dos vv. 40-41 *Haec puer exoriens nobis, puer inclitus alto | demissus caelo*, e na frase dos vv. 68-69, *qui sceleris prisci penitus uestigia flammis | exurat*, do poema de Osório, que lembram respectivamente os vv. 7-8, *Iam noua progenies caelo demittitur alto | Tu modo nascenti puero...*, e o v. 13, *Si qua manent sceleris uestigia nostri*, da mencionada bucólica virgiliana. Como se sabe, estes e outros passos contribuíram para a tradicional interpretação messiânica do texto de Virgílio. Parece que Jerónimo Osório, conscientemente ou não, reflecte no seu poema sobre o Messias a influência dessa tradição.

No âmbito da linguagem, registre-se o frequente recurso humanístico ao vocabulário e conceitos da literatura clássica para os adaptar a um conteúdo de carácter cristão. São exemplos disso epítetos como *armipotens* e *bellipotens* (vv. 23 e 34); as expressões *nectar caeleste* (v. 5) como sinónimo de alimento espiritual ou talvez de eucaristia, e *immanis tyrannus* (o Plutão dos clássicos) aplicada ao Demónio (v. 24); os vocábulos *Olympus* (vv. 38 e 45), *polus* (v. 76) e *aether* (v. 80) para exprimir a ideia de céu, e, enfim, a personificação da guerra através do nome de Marte (vv. 28, 37 e 70).

No domínio estilístico, note-se o uso de imagens e comparações, como as expressões *nox atra* e *Mors ruens* (vv. 9-10) (86) para significar o mal moral ou pecado, os símiles dos camponeses e do soldado vitorioso dos vv. 17-20, e a comparação feita entre a vitória do bem e da graça com o aparato de um triunfo militar (vv. 28-39). De resto, todo o poema está escrito numa linguagem figurativa de expressão bélica, reflexo talvez dos sentimentos de um bispo militante, da alma dinâmica, lutadora e mesmo polémica de D. Jerónimo Osório, que em jovem sonhara fazer-se um ardoroso cavaleiro da Ordem de São João de Jerusalém.

(86) Sobre a expressão *nox atra*, vd. Virgílio, *Aen.* 1,89; 2,360; 5,721; 6,272 e 867. Comparem-se estes dois versos de Osório com o último passo virgiliano aqui citado:

Sed nox atra caput tristi circumuolat umbra.

E, a terminar, vejamos agora o mesmo poema num ensaio de tradução portuguesa.

POEMA DO MESMO AUTOR

Ao Dia de Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo

Pai Supremo que o céu inundais da luz eterna
 e o fazeis girar com vossa mão poderosa, que a terra fecunda
 revestis de cereais e plantas e de farta verdura
 e o doce alimento ofereceis a todo o ser animado,
 5 que a raça humana sustentais como o néctar celeste
 e a colocais entre os astros, quem poderá, afinal,
 cantar em verso graças dignas de tamanho favor?
 Quando a negrura da noite mergulhava em trevas a mente humana
 e o desabar da morte envolvia o mundo em funesta sombra,
 10 eis que Vós, comiserado enfim da miséria dos homens, do alto
 enviastes ao mundo a luz (87) com que tudo acalmais
 e concedeis aos seres celestes imensa alegria.
 Depois que, enfim, as horrendas trevas da morte afugentastes,
 um eterno e supremo contentamento domina os corações dos homens,
 15 que tamanha luz contemplam, que prestam o culto devido ao vosso poder
 e colocam piedosos incensos em vossos altares.
 Tal como os alegres camponeses, no meio das grandes searas,
 esquecem todo o cuidado e entoam canções;
 tal como o soldado vitorioso, após despojar o inimigo,
 20 exulta alegre com a presa e o triunfo alcançado;
 assim nós conseguimos, alegres, as dádivas celestes;
 assim, alegres, cantamos e celebramos o copioso espólio
 que Vós, chefe armipotente, arrebatais ao inimigo abatido.
 É que Vós despedaçastes os ceptros do terrível tirano
 25 que oprimia a raça humana com iníquo poder,
 e que impunha um jugo às nossas cabeças e as obrigava
 a suportar a loucura do pecado e da morte.

(87) A metáfora da luz referida à pessoa de Cristo Salvador é uma das mais frequentes tanto nas prefigurações proféticas do Antigo como nos textos do Novo Testamento. O passo neotestamentário mais conhecido é o de *Joan. 8, 12: Ego sum lux mundi...* Entre os profetas, recorde-se *Isa. 49,6: Ecce dedi te in lucem gentium ut sis salus mea usque ad extremum terrae.*

O mesmo simbolismo da oposição entre luz (figura de Cristo e da graça) e trevas (metáfora do pecado e do próprio Demónio), que perpassa por todo este poema de Jerónimo Osório, encontra-se largamente expresso em muita da poesia litúrgica cristã. Veja-se, a este propósito, Albino de Almeida Matos, *Hinos do Temporal Hispânico até à Invasão Muçulmana. Estudo Histórico-crítico*, Coimbra, 1977, *passim*, sobretudo pp. 103-156.

- Tal como outrora derrubastes as populações ferozes na guerra
 a quem a força dos homens não conseguiu destruir mas só caíram
- 30 abatidas pelo vosso poder, e tal como o capitão ínclito nas armas
 esmagou, com armas não mas com tochas e ao som de trombetas,
 a vanguarda inimiga, espalhando a morte por todo o lado,
 e enviou para o fundo do Tártaro um número ingente (88),
 assim Vós, belipotente e cintilando agora em clarões de luz,
- 35 destruíis o inimigo com o pregão da celeste doutrina
 e, vencendo a morte, levais convosco luminoso triunfo.
 O fremente e funesto tumulto das fúrias de Marte,
 o horror da carnificina e as roupas ensopadas em sangue,
 vossa força os destruiu com o dardo da vingadora chama.
- 40 Tais guerras, acabou com elas um menino que nos nasceu,
 um ínclito menino enviado das alturas celestes.
 Salve, nobre menino, claríssima imagem do Pai,
 a quem a Virgem Santíssima nos deu à luz como rei;
 Vós sustentais ao ombro o poder, Vós dominais as constelações,
- 45 a Vós veneramos como supremo rei do Olimpo coberto de estrelas
 e, em multidão, celebramos em verso as vossas festas sagradas.
 Cantamos, com efeito, a vossa santa e maravilhosa majestade.
 Participante do plano eterno e instrumento do magno
 projecto, Deus supremo em si mesmo e valorosa
- 50 e omnipotente descendência de Deus, esmagais com força indomável
 os povos hostis, e ao hostil Tártaro infundis terror.
 Vós o príncipe de uma raça sagrada, Vós a origem de uma prole
 eterna, Vós o mediano e autor da nossa paz,
 de uma paz que nunca o tempo futuro poderá destruir.
- 55 Vós, na verdade, assinastes com vosso sangue um pacto eterno
 que finalmente apagou os crimes do mundo impuro
 e, com singular amor, uniu o Céu à terra
 e nos abriu as luminosas mansões do Olimpo;
 Vós, por vontade do Pai, protegeis o reino dos antepassados,
- 60 confirmais o sólido de David, ditais as leis
 aos povos sagrados e regeis o Céu com autoridade suprema.
 Assisti, ó ornamento celeste, guardai, ó claríssimo rei,
 as nossas almas; defendei-nos dos perigos
 e afastai para longe os contágios da morte eterna,
- 65 para Vos consagrarmos, de coração puro, uma prece imortal
 e para nos guardardes para sempre com o favor do vosso poder.

(88) Referência ao episódio bíblico do ataque de Gedeão, chefe dos Israelitas, contra o vasto acampamento dos Madianitas, a quem pôs em fuga com apenas trezentos homens munidos de trombetas e de tochas acesas previamente escondidas dentro de ânforas vazias. O efeito de surpresa causado pelo clangor simultâneo das trezentas trombetas e pelo cerco de fogo das mesmas tochas lançou a confusão, a fuga e a mútua chacina entre os inimigos (vd. Vulgata, *Judic.* 6-7).

Que o vosso Espírito ateie em nós um fogo sagrado
 que em suas chamas devore os vestígios da antiga malícia
 e em nós acenda a paixão da eternidade.

- 70 Se nos rodearem os riscos do ardor da guerra,
 se os ventos soprarem por sobre o mundo num ingente turbilhão,
 se a vaga atirar aos astros o mar encapelado,
 se todo o espaço celeste retumbar sobre nós com horrendo fragor
 e Vós nos contemplardes com vosso olhar benfazejo, então
 75 desprezaremos, intrépidos, toda a agitação e, inteiramente
 seguros, aguardaremos, com todo o ânimo, as celestes mansões
 e entoaremos em vosso louvor um digno poema.
 Então os templos hão-de ecoar, num poema sagrado, os vossos louvores,
 então os bosques hão-de ecoar num poema os vossos louvores divinos,
 80 e o espaço celeste há-de vibrar e ressoar ao som de cânticos sagrados.

4. CONCLUINDO

Para concluir, e perante tudo o que acabámos de ver relativo à poesia na obra de Jerónimo Osório, recordamos que talvez o mais importante seja o seu pensamento acerca da própria teoria poética, nomeadamente os seus conceitos de verdade histórica, verdade poética e verdade pictórica, e, ainda, a ideia de que, mesmo quando usada para mal, a poesia conserva sempre a sua independência como arte.

Mas não se pode esquecer — como até aqui se tem feito — que Osório foi também um poeta novilatino, ainda que pouco fecundo, e que este aspecto da sua actividade literária, sendo um dos menos evidentes, não deixa de ser relevante, porque nos dá uma dimensão da sua personalidade com particular interesse para o completo perfil de eminente humanista que ele foi. Esta sua faceta de escritor é, afinal, uma consequência natural da sua vocação literária e do apreço em que ele sempre teve a poesia e os poetas, a quem frequentemente recorreu para abonar as suas próprias ideias.

Enfim, a julgar por este seu poema de Natal — um hino de louvor, prece e gratidão pela obra redentora do Verbo Incarnado —, e apesar dos limites poéticos próprios de um tema sagrado, não hesitamos em afirmar que Jerónimo Osório tinha alma e vocação de verdadeiro poeta. Pena foi que ele não tivesse composto mais versos como estes, ou, se o fez, que eles se tenham lamentavelmente perdido.